



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LÚCIA REGINA MARQUES GIORDANO

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NA POLÍTICA DE
COTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

Londrina
2012

LÚCIA REGINA MARQUES GIORDANO

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NA POLÍTICA DE
COTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação - Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Linete Bartalo.

Londrina
2012

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

G497c Giordano, Lúcia Regina Marques.
Comportamento informacional na política de cotas da Universidade Estadual de Londrina / Lúcia Regina Marques Giordano. – Londrina, 2012.
103 f. : il.

Orientador : Linete Bartalo.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Comportamento informacional – Teses. 2. Política de cotas – Teses. 3. Processo decisório – Teses. 4. Ciência da informação – Teses. I. Bartalo, Linete. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação. III. Título.

CDU 02:304

LÚCIA REGINA MARQUES GIORDANO

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NA POLÍTICA DE COTAS
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação - Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Linete Bartalo
UEL - Londrina - PR

Profa. Dra. Maria Aparecida Vivan de Carvalho
UEL - Londrina - PR

Profa. Dra. Sueli Bortolin
UEL - Londrina - PR

Profa. Dra. Ana Esmeralda Carelli (suplente)
UEL - Londrina - PR

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani (suplente)
UEL - Londrina - PR

Londrina, 4 de setembro de 2012.

O saber se aprende com os mestres
e os livros. A sabedoria se aprende é com
a vida e com os humildes.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e à Nossa Senhora por terem estado sempre à minha frente me guiando e ao meu lado me amparando.

Ao meu marido Luiz Carlos, que foi o meu maior incentivador neste projeto, pelo seu amor e paciência.

Às minhas filhas Marcelle, Livia e Suzana e ao meu genro Wellton pelo carinho e apoio neste período e às minhas amadas netinhas Isabela e Mariah, pelos sorrisos e beijinhos que fortalecem a alma da gente.

A todos os meus familiares pela torcida organizada.

À professora doutora Linete Bartalo pela sua orientação, dedicação, amizade e apoio constante para concretizar este projeto.

Aos professores do curso de Mestrado Profissional em Gestão da Informação pelo que aprendi em suas disciplinas que muito contribuiu com a realização desta pesquisa.

Aos amigos do curso pela amizade e carinho e, especialmente, à Rosana, Adriana e Claudia, pela amizade e companheirismo.

Ao amigo Gino, que desde o início, caminhamos juntos nos estudos, nos trabalhos, nos anseios e até no compartilhamento das orientações.

Às professoras doutoras Maria Aparecida Vivan de Carvalho e Sueli Bortolin que aceitaram tão prontamente o convite para participarem da Banca de Mestrado e que, com seus questionamentos e sugestões, contribuíram com o trabalho.

À professora doutora Nádina Aparecida Moreno, reitora da Universidade Estadual de Londrina, pelo empenho na realização deste Mestrado Profissional, nos proporcionando esta oportunidade de crescimento humano e profissional.

Às minhas grandes amigas Kelly Cristina Furini Fuziy e Rose Meire da Silva pelo carinho, apoio e colaboração em minhas ausências ao trabalho para realizar este estudo.

Ao professor Luis Fernando Pinto Dias, meu amigo e, hoje, Pró-Reitor de Recursos Humanos, pelo carinho, incentivo e apoio durante este período.

Aos amigos Luciano Zanluchi e Claudemir Marchiori pela paciência e colaboração na montagem dos gráficos e tabelas e a todos os meus amigos da PRORH, agradeço pela força.

Aos pró-reitores da UEL pela participação no estudo piloto que muito contribuiu para a pesquisa.

Aos membros do Conselho Universitário, participantes da minha pesquisa, pela colaboração ao responder o questionário da pesquisa.

À professora Elizabeth Leão de Carvalho, pelo apoio na elaboração do projeto; à Amália Maranhão Ribeiro e à Rosana de Oliveira Costa pela colaboração nas impressões; à Gisele Batista da Fonseca e Neide Zaninelli pelas normalizações, à professora Esther Gomes de Oliveira pela correção gramatical e a todos que contribuíram, de alguma forma, com a realização desta dissertação.

Muito obrigada.

GIORDANO, Lúcia Regina Marques. **O comportamento informacional na política de cotas da Universidade Estadual de Londrina**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para a tomada de decisão diante da política de cotas para a Universidade Estadual de Londrina. Investigou-se as necessidades de informações percebidas pelos atores, suas formas de busca e acesso para suprir essas necessidades, o seu uso, bem como a auto-percepção de satisfação dessas necessidades para o processo de tomada de decisão. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário em escala Likert e análise documental das atas das reuniões do Conselho Universitário e dos processos administrativos internos que registraram informações sobre o assunto, no período de agosto de 2010 a agosto de 2011. Participaram desta pesquisa 24 conselheiros que detêm voz e voto no Conselho Universitário, ou seja, os tomadores de decisão, que responderam ao instrumento de coleta de dados, sendo 12 do sexo feminino e 12 do masculino. A média de tempo de serviço dos participantes, na UEL, é de 21 anos, e é considerada alta, tendo em vista que a instituição tem 40 anos de idade. Metade dos membros do Conselho Universitário são doutores e participaram desse Conselho em duas ou mais gestões. Os resultados demonstraram que os conselheiros necessitaram de informações sobre a avaliação da política de cotas existente anteriormente e sobre política de ação afirmativa. Buscaram as informações em sites de outras universidades que possuíam o sistema de cotas e promoveram reuniões com seus representados para discutir o assunto. Consideraram que os fóruns, palestras e debates realizados foram importantes fontes de informação, utilizando-as para subsidiar o processo de tomada de decisão sobre a nova regulamentação da política de cotas na UEL e que as informações obtidas, durante o processo, satisfizeram suas necessidades informacionais. Diante dos resultados, entendeu-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para o processo de tomada de decisão com relação à política de cotas da Universidade Estadual de Londrina.

Palavras-chave: Comportamento informacional. Política de cotas. Tomada de decisão.

GIORDANO, Lúcia Regina Marques. **The information behavior in the politics of quotas of Universidade Estadual de Londrina**. 2012. 103 p. (Master 's degree in Information Management) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The research was developed with the objective of analyzing the informational behavior of the members of the University Council, to take decision before the policy of quotas of the Universidade Estadual de Londrina. It was investigated the needs of information noticed by the actors, its search forms and access to supply the needs, their uses and perception of satisfying those who needs the decision-making process. To collect the data a questionnaire was used in Likert scale and available information in the certificates of the meetings of University Council and the internal administrative processes that registered information about the subject, during the period of August of 2010 to August of 2011. The study gathered 24 counselors, who hold voice and vote in the University Council, the decision makers, who responded the instrument for data collection, 12 female and 12 males. The average length of service of the participants at UEL is 21 years, what is considered high average in the Institution that is 40 years old. Half of members of the University Council are doctors and participated in this Council two or more administrations. The results demonstrated that the counselors needed information about the evaluation of previously existing quota policy and affirmative action policy. They search for the information in sites from another universities that had quota system and promoted meetings with their constituents to discuss the subject. They considered that the forums, lectures and debates were important sources of information, using them to subsidize the process of decision-making on the new regulation policy of quotas at UEL and the information obtained during the process satisfied their information needs. From the results, it was understood that the research objective was achieved, to analyze the informational behavior of members of the University Council for decision-making process regarding the quota policy of Universidade Estadual de Londrina.

Keywords: Information behavior. Quotas policy. Decision-making.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Necessidade de informação	53
Tabela 2 – Busca de informação.....	55
Tabela 3 – Acesso à informação.....	57
Tabela 4 – Fontes de informação.....	59
Tabela 5 – Uso da informação	61
Tabela 6 – Satisfação das necessidades de informações para a tomada de decisão	63

LISTA DE SIGLAS

CAE	Coordenadoria de Assuntos de Graduação
COPS	Coordenadoria de Processo Seletivo
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
GR	Gabinete da Reitoria
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
SAUEL	Serviço de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina
SGOCS	Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados Superiores
STF	Supremo Tribunal Federal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 JUSTIFICATIVA	16
3 OBJETIVOS	18
3.1 OBJETIVO GERAL	18
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
4 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	19
5 REFERENCIAL TEÓRICO	22
5.1 INFORMAÇÃO	22
5.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL	23
5.2.1 Necessidades Informacionais	25
5.2.2 Busca da Informação	26
5.2.3 Uso da Informação	27
5.3 TOMADA DE DECISÃO	28
5.3.1 Informação para o Processo de Tomada de Decisão	30
5.4 POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	31
5.5 SISTEMA DE COTAS	34
5.5.1 Sistema de Cotas em Universidades Brasileiras	35
5.5.2 Sistema de Cotas na UEL	36
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
6.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	40
6.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	42
6.3 ESTUDO PILOTO	45
6.4 COLETA DE DADOS	46
7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
7.1 CARACTERIZAÇÕES DOS PARTICIPANTES	50
7.1.2 Participação na Pesquisa por Representação do Conselho Universitário	50
7.1.3 Formação Escolar	51

7.1.4	Participação no Conselho Universitário	52
7.2	NECESSIDADES INFORMACIONAIS	52
7.3	BUSCA DA INFORMAÇÃO	54
7.4	ACESSO À INFORMAÇÃO	56
7.5	FONTES DE INFORMAÇÃO	58
7.6	USO DA INFORMAÇÃO	60
7.7	SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO	62
8	CONCLUSÕES	65
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICES	73
	Apêndice A – Questionário do estudo piloto.....	74
	Apêndice B – Questionário.....	88
	Apêndice C – Ficha para Extração dos Dados dos Processos.....	94
	Apêndice D – Ficha para Extração dos Dados das Atas das Reuniões do Conselho Universitário	95
	Apêndice E – Ofício de Solicitações de Cópias.....	96
	Apêndice F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	97
	ANEXOS	99
	Anexo A – Resolução do Conselho Universitário n° 078/2004	100
	Anexo B – Resolução do Conselho Universitário n° 010/2011	101
	Anexo C – Resolução do Conselho Universitário n° 108/2011	102
	Anexo D – Termo de aprovação do Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos.....	103

1 INTRODUÇÃO

No passado, a base da sociedade era constituída pela agricultura e a economia pela produção de bens rurais, conseqüentemente, o poder econômico encontrava-se nas mãos dos latifundiários. Época conhecida por “era agrícola” cujo processo de mudança ocorria lentamente. Após este período, a economia passou a ser constituída pela sociedade industrial e o poder foi deslocado para as mãos dos proprietários das indústrias, e a produção em grande escala dos bens materiais passou a ser o centro do sistema produtivo. Ela durou cerca de trezentos anos e modificou aspectos da vida humana.

Como explicita Toffler (1999), a era industrial introduziu as chaminés, as linhas de montagem e colocou o trator na fazenda, a máquina de escrever no escritório, a geladeira na cozinha, interligou todas essas coisas – montou-as como uma máquina e formou um sistema social coeso e expansivo.

Atualmente, estamos vivendo uma nova sociedade, a sociedade da informação. Nas organizações, a informação destaca-se como elemento de apoio à tomada de decisão e, assim, o resultado desta decisão pode ser caracterizado como a diferença entre as decisões certas e as erradas.

Conforme apresentado por Choo (2003, p. 28-29), o uso da informação é estabelecido por três arenas, sendo a primeira a criação de significado, “construir um consenso do que é organização e o que ela está fazendo”; a segunda, construir conhecimento, em que “cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado” e a terceira arena é tomar decisão, “é aquela em que as organizações buscam e avaliam informações de modo a tomar decisões importantes”.

Para Carvalho (2001), o processo de tomada de decisão necessita de conhecimento nas esferas internas e externas da organização, bem como da análise dessas decisões e de suas conseqüências. Esta será melhor respaldada se os gestores dispuserem de informações fidedignas e que demonstrem os problemas e apresentem as soluções possíveis.

Carvalho (2001) explicita, ainda, que a informação deve ser gerenciada como um recurso organizacional, verificando-se as reais necessidades dos gestores, a coleta do que é relevante, a seleção, a organização, o tratamento, o armazenamento e a disseminação, a transferência e a geração de novas

necessidades informacionais. Neste sentido, é fundamental identificar as ferramentas e as metodologias para o desenvolvimento dessas atividades, com a finalidade de criar conhecimento e inteligência, objetivando subsidiar o processo decisório.

Oliveira e Bertucci (2003, p. 8) consideram que “[...] o gerenciamento da informação tornou-se um instrumento estratégico necessário para controlar e auxiliar decisões, através de melhorias no fluxo da informação, do controle, análise e consolidação da informação para os usuários”.

As organizações que administrarem eficientemente a informação terão um recurso estratégico fundamental para a maximização da qualidade do processo decisório. Cândido, Valentim e Contani (2005, p.2) afirmam que

[...] as organizações devem gerenciar a informação de forma integrada, a fim de usá-la no momento da tomada de decisão; de que para assegurar sua sobrevivência, crescimento e evolução, uma organização não pode se descuidar da sinergia entre os diferentes setores, bem como do compartilhamento da informação gerada internamente, visando a fluxos dinâmicos e acessíveis; de que é indispensável que sejam utilizadas ferramentas de apoio à gestão estratégica da informação, de modo que possam contribuir para a seleção e filtragem da informação mais adequada à tomada de decisão.

São nominadas várias terminologias como sinônimos da expressão “tomada de decisão”, tais como: informação estratégica, informação gerencial e informação estratégica gerencial, expressões também utilizadas nesta pesquisa .

Segundo Rezende e Abreu (2001, p. 3), "a formulação estratégica de qualquer negócio sempre é feita a partir das informações disponíveis, portanto, nenhuma estratégia pode ser melhor que a informação da qual é derivada".

Nas instituições de ensino superior, circula um grande volume de informações, seja por meio de documentos, processos ou e-mails, sendo primordial que estas sejam administradas, de forma integrada, no momento da tomada de decisão.

Frequentemente, as organizações deparam-se com sérios problemas de decisão, um cidadão poderia analisar uma situação e escolher a melhor forma para resolver um problema, porém em uma organização não pode ser assim. Os gestores precisam de discussão e participação de pessoas de diversos níveis funcionais.

Para que a Instituição tome as decisões de maneira eficaz, é necessário que se tenha conhecimento de onde buscar a informação relevante. O processo de busca informacional deve ser estruturado e desenvolvido formalmente, detalhadamente, de maneira transparente e consistente (SHIMIZU, 2006).

Segundo Moreno (2006, p. 61), “a eficácia da informação está em quanto maior o valor, a confiabilidade e a qualidade da informação, maior a probabilidade de acerto na tomada de decisão”.

No ambiente organizacional, a tomada de decisão está diretamente relacionada com a capacidade dos indivíduos em processar a informação, e estes, por sua vez, podem ter dificuldades em obtê-la e analisá-la, surgindo assim um ambiente de incertezas sobre a informação precisa e a disponível para realizar a tarefa. Para que os indivíduos possam alcançar os resultados desejados, é fundamental que as informações sejam conseguidas de forma rápida e confiável.

Tendo como base que a informação é fundamental para auxiliar os gestores na tomada de decisão, o problema objeto do presente estudo foi: Qual o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para a tomada de decisão em relação ao sistema de cotas da UEL?

Esta dissertação está constituída de oito seções, sendo a primeira esta introdução que, além de apresentar a estrutura do trabalho, faz um breve relato da importância da informação para o processo de tomada de decisão nas organizações.

Na seção dois, justificativa, registram-se as razões que motivaram a realização da pesquisa e a sua relevância.

Na seção três estabeleceram-se os objetivos geral e específico e a seção seguinte caracteriza a instituição (Universidade Estadual de Londrina), apresentando parte do histórico de sua criação e a estrutura administrativa existente, ressaltando os órgãos deliberativos, onde está inserido o Conselho Universitário, que é parte integrante deste trabalho.

A seção cinco apresenta o referencial teórico, ou seja, a literatura que deu embasamento aos estudos, sendo: Informação; Comportamento Informacional, que foi subdividido em Necessidades Informacionais, Busca da Informação e Uso da Informação; Tomada de Decisão e Informação para a Tomada de Decisão; Política de Ação Afirmativa, onde apresenta-se relato sobre o tema;

Sistema de Cotas, subdividido em Sistema de Cotas em Universidades Brasileiras e Sistema de Cotas na UEL, com um breve histórico de sua implantação, em 2004.

Os Procedimentos Metodológicos compõem a seção seis do trabalho, registrando a literatura a respeito de pesquisa descritiva e a opção metodológica para atingir os objetivos, apresentando os participantes, os instrumentos de coletas de dados, o estudo piloto realizado para avaliar o instrumento, a coleta e a análise de dados.

Na seção sete apresentam-se os resultados da pesquisa, divididos em caracterização dos participantes, subdividida em formação escolar, participação no Conselho Universitário e representação no Conselho Universitário; necessidades, busca, acesso, fontes, uso e satisfação das necessidades de informações, que representam as respostas aos objetivos específicos da pesquisa.

E, para finalizar, registram-se as reflexões a partir dos resultados obtidos e sugestões da continuidade dos estudos, nos conselhos deliberativos, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Conselho de Administração, e a implantação de uma política de gestão documental e de um sistema de informações gerenciais na UEL.

2 JUSTIFICATIVA

O inciso IX do artigo 3º do Estatuto da UEL estabelece que é competência do Conselho Universitário “propiciar condições para a transformação da realidade, visando justiça e equidade social”. Partindo desse conceito e amparada no inciso 3º do artigo 3º da Constituição Federal (1988) que determina que “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” constituem objetivos fundamentais para a República Federativa do Brasil, a UEL efetuou discussão a respeito da política de cotas para o ingresso de alunos aos seus cursos de graduação.

Para essa tomada de decisão, foram realizadas reuniões setoriais, debates, audiência pública e, nos dias 13 e 14 de abril de 2004, o evento intitulado “O negro na Universidade: o direito à inclusão”.

Em 23 de julho de 2004, a UEL publicou a Resolução nº 78/2004 do Conselho Universitário (Anexo A) que “estabelece a reserva de vagas no Concurso Vestibular para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros”.

O artigo 1º da Resolução estabelece que 40% das vagas de cada curso de graduação serão ofertadas a estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até metade das vagas deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros, destacando, em seu parágrafo 1º, que esses percentuais serão proporcionais à quantidade de inscritos por curso.

A citada Resolução, em seu artigo 3º, esclarece que o entendimento para o termo “negro” refere-se aos que possuem pele de cor preta ou parda, e o artigo 4º estabelece que os percentuais para reserva de vagas deverão vigorar por um período de sete anos, contados a partir da sua implantação em 2005, ou seja, o prazo em questão encerrou-se com a realização do vestibular 2011.

Considerando o término de vigência da Resolução nº 78/2004, o Conselho Universitário, em reunião no dia 17 de dezembro de 2010, decidiu compor Comissão para apresentação de novos estudos sobre o assunto. Em 25 de fevereiro de 2011, a Comissão apresentou metodologia e cronograma para análise do tema na instituição, que foram aprovados pelo Conselho na mesma data.

O cronograma aprovado estabeleceu que o processo de discussão de cotas na UEL seria realizado até agosto de 2011. Diante disso foi publicada a

Resolução do Conselho Universitário n° 010/2011 (Anexo B), que mantém a sistemática de reserva de vagas de acordo com a Resolução do Conselho Universitário n° 78/2004, para o processo seletivo vestibular 2012, portanto qualquer alteração na política de cotas somente ocorrerá para o processo seletivo vestibular de 2013.

O cronograma de discussões das políticas de cotas na UEL previu, dentre outras atividades, a realização de um “Fórum sobre políticas de cotas na UEL”, nos dias 12 e 13 de abril de 2011. Também foi disponibilizado, no site institucional, informações, relatórios e documentos referentes ao sistema de cotas, com o objetivo de estabelecer um canal com a comunidade para esclarecimento de dúvidas sobre a temática. Esgotadas as discussões, o assunto foi apreciado pelo Conselho Universitário da UEL.

Considerando o grande volume de documentos encaminhados ao Conselho para conhecimento, análise e deliberação e ainda que as decisões tomadas afetam diretamente as esferas administrativa e acadêmica, entende-se que o gestor precisa de informações, que permitam ampliar a possibilidade de acerto nas decisões. Para Wilson (2000), a busca informacional consiste na intenção de encontrar a informação, tendo em vista a necessidade de satisfazer um objetivo e também alguma carência percebida pelo usuário. O modo como os indivíduos buscam, usam e compartilham a informação, ao identificarem sua falta, é denominado de comportamento informacional.

O presente estudo visou analisar o comportamento informacional dos conselheiros do Conselho Universitário para a tomada de decisão com relação à nova regulamentação sobre o sistema de cotas na UEL.

Sendo as universidades importantes fontes de disseminação do conhecimento e portadoras de políticas afirmativas na sociedade, acredita-se que a abordagem proposta contribuirá para reflexões sobre o tema.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para o processo de tomada de decisão com relação à política de cotas da UEL.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as necessidades informacionais dos conselheiros do Conselho Universitário da UEL para o processo de tomada de decisão sobre a política de cotas;
- b) identificar o comportamento de busca da informação dos membros do Conselho Universitário da UEL para suprir as necessidades informacionais relacionadas à política de cotas;
- c) verificar como esses conselheiros acessam as informações sobre o assunto;
- d) identificar as fontes de informações utilizadas pelos conselheiros para o processo de tomada de decisão sobre a política de cotas da Universidade Estadual de Londrina;
- e) investigar o uso da informação;
- f) verificar a satisfação das necessidades informacionais no que tange ao sistema de cotas.

4 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual de Londrina completou, em outubro de 2011, quarenta anos de reconhecimento. Criada pela junção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; Medicina; Direito; Odontologia e Ciências Econômicas e Contábeis, a UEL representa hoje um grande potencial de desenvolvimento econômico e social para a cidade de Londrina e região. Possui aproximadamente 15.800 alunos nos 45 cursos de graduação. Possui, ainda, 213 cursos de pós-graduação, sendo 152 de especialização, 42 de mestrado e 19 de doutorado, com um total de 3705 alunos de pós-graduação. Tem um total de 5321 servidores, sendo 3.641 funcionários técnico-administrativos e 1.680 docentes (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2012). É considerada a segunda maior Universidade do Paraná e está na vigésima primeira posição entre as melhores universidades do país, considerando-se o percentual de cursos com nota 5 na avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Sua estrutura é composta por unidades e subunidades: os Centros de Estudos (9), Departamentos (57); Órgãos Suplementares (15); Órgãos de Apoio (6); Órgãos Executivos: as Pró-Reitorias (6) e a Prefeitura do Campus; Órgão Consultivo: o Conselho de Interação Universidade Sociedade; e pelos Órgãos Deliberativos: o Conselho de Administração, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário, objeto deste estudo.

O Conselho de Administração tem como competência exercer a orientação administrativa de toda a Universidade e é composto por vinte e um membros, sendo os Diretores dos nove centros de estudos; os seis pró-reitores; dois representantes dos servidores técnico-administrativos; dois representantes discentes, a vice-reitora e a reitora.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão compete o estabelecimento de políticas globais para o ensino, pesquisa, extensão e capacitação docente, representado por quarenta e oito membros, sendo os três pró-reitores acadêmicos (Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão); nove representantes docentes das câmaras de graduação (1 de cada centro de estudos); cinco representantes docentes da câmara de pós-graduação; cinco representantes docentes da câmara de pesquisa; cinco representantes docentes da câmara de extensão; cinco representantes dos

diretores dos órgãos suplementares; dois representantes dos servidores técnico-administrativos; nove representantes dos alunos de graduação (01 de cada centro de estudos); três representantes dos alunos de pós de graduação, a vice-reitora e a reitora.

O Conselho Universitário é composto por cinquenta e seis membros, sendo os nove diretores dos centros de estudos; os seis pró-reitores; nove representantes dos centros de estudos não vinculados a qualquer instância administrativa; nove docentes representantes do CEPE (um de cada centro de estudos); um representante de cada categoria docente (professores titulares, professores associados, professores adjuntos, professores assistentes e professores auxiliares); dois representantes das classes patronais; dois representantes das classes trabalhadoras da cidade de Londrina; um representante do poder executivo municipal; um representante do poder legislativo municipal; cinco representantes discentes e cinco representantes dos servidores técnico-administrativos da UEL, a vice-reitora e a reitora.

As competências do Conselho Universitário estão estabelecidas no Artigo 69 do Estatuto da Universidade:

- I. exercer a supervisão da Universidade e traçar a política universitária;
- II. aprovar por proposta do Reitor ou dos Conselhos de Centro a concessão de títulos de Doutor Honoris Causa, de Professor Emérito, de Funcionário Técnico-Administrativo Emérito, de Estudante Emérito e de Benemérito da Universidade a pessoas físicas, pessoas jurídicas e núcleos familiares que contribuíram para o desenvolvimento da Instituição;
- III. emendar o presente Estatuto por deliberação de dois terços (2/3) de seus membros;
- IV. aprovar os planos de expansão e desenvolvimento, bem como a criação, modificação e extinção de órgãos na Universidade;
- V. constituir as suas comissões permanentes e transitórias;
- VI. elaborar ou emendar o Regimento Geral da Universidade por deliberação da maioria de seus membros e aprovar os Regimentos das Unidades, dos Departamentos, dos Órgãos Suplementares e da Reitoria;
- VII. julgar os recursos e vetos a ele encaminhados, em última instância;
- VIII. instituir prêmios honoríficos como estímulo às atividades universitárias;
- IX. avocar, por proposta do Reitor ou de dois terços (2/3) de seus membros, a decisão de qualquer assunto de interesse relevante, de competência das demais instâncias da Universidade;

- X. conhecer e deliberar em última instância sobre recursos interpostos contra penas disciplinares impostas pelas autoridades universitárias;
- XI. deliberar sobre a alienação de bens imóveis, por dois terços (2/3) de seus membros;
- XII. decidir sobre homenagens, no recinto da Instituição, a pessoas que tenham prestado contribuição relevante à Universidade ou a qualquer ramo das ciências, letras ou artes;
- XIII. exercer a fiscalização econômico-financeira e de auditoria da Universidade;
- XIV. escolher, dentre os nomes indicados pelo Reitor, o Assessor de Auditoria Interna;
- XV. aprovar, por proposta do Conselho de Administração, o orçamento anual da Universidade. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2004, p. 27).

Os assuntos pertinentes aos Conselhos Superiores são encaminhados para a Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados Superiores (SGOCS) para serem pautados, nas reuniões dos respectivos Conselhos, por meio de “processos administrativos”, que são documentos protocolados na Divisão de Protocolo do Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL) e instruídos pelas pró-reitorias ou setores competentes.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 INFORMAÇÃO

Davenport (1998) considera que informação e conhecimento são essencialmente criações humanas e nunca seremos capazes de administrá-los se não levarmos em consideração que as pessoas desempenham um papel fundamental. Destaca ainda que a informação envolve três termos: dados, informação e conhecimento, sendo que os dados são observações sobre o estado do mundo e podem ser realizados por pessoas ou máquinas. Cita, ainda, que a informação é dado com relevância e propósito, feito por pessoas e exige análise, e o conhecimento é a informação colocada num contexto, incluindo ainda, reflexão e síntese, é realizado por pessoas, sendo de difícil captura em máquinas, conforme descreve o quadro 1.

Quadro 1 - Dados, informação e conhecimento.

Dados	Informação	Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> - Simples observações sobre o estado do mundo - Facilmente estruturado - Facilmente obtido por máquinas - Frequentemente quantificado - Facilmente transferível 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados dotados de relevância e propósito - Requer unidade de análise - Exige consenso em relação ao significado - Exige necessariamente a mediação humana 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação valiosa da mente humana - Inclui reflexão, síntese, contexto - De difícil estruturação - De difícil captura em máquinas - Frequentemente tácito - De difícil transferência

Fonte: Davenport (1998, p. 18).

Corroborando com o pensamento de Davenport (1998 apud DRUCKER, 2000, p. 13) cria a cadeia dado. informação e conhecimento, situando nas organizações, informação como agente significativo do conhecimento especializado. Ele ressalta que “informação é dado investido de relevância e propósito. Por conseguinte, a conversão de dados em informação requer conhecimento. E conhecimento, por definição, é especializado.”

A informação está presente na maioria das atividades de uma organização. Segundo Freitas et al. (1997), as informações são consideradas recursos primordiais nos níveis operacionais, táticos e estratégicos.

Dentro do nível estratégico, é fundamental que os gestores tenham formas eficientes e eficazes para identificar e organizar as informações relevantes para auxiliar no processo de tomada de decisão, diminuindo, dessa forma, as incertezas.

Choo (2006, p. 27-28) relata que, na administração e na teoria organizacional, destacam-se três arenas onde a criação e o uso da informação desenvolvem papel estratégico no desenvolvimento da organização, sendo a primeira o uso da informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo; a segunda arena é aquela em que a organização “cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado”, e a terceira é a do uso estratégico da informação, é aquela em que as organizações “buscam e avaliam as informações de modo a tomar decisões importantes”. O autor destaca ainda que “a tomada de decisões na organização requer informação capaz de reduzir as incertezas”.

5.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

Segundo Wilson (2000), o comportamento informacional é todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o seu uso. Isso inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como a recepção passiva da informação, como a que é transmitida ao público quando este assiste aos comerciais da televisão sem qualquer intenção específica em relação à informação fornecida.

O comportamento informacional refere-se ao modo como os indivíduos lidam com a informação. Inclui a busca, o uso, a alteração, a troca, o acúmulo e até mesmo o ato de ignorar os informes (DAVENPORT, 1998). Bartalo, Di Chiara e Contani (2011, p. 2) explicitam, ainda, que comportamento informacional é o “conjunto das atividades desencadeadas por uma necessidade de informação, ou seja, a busca, a comparação das várias informações acessadas, a avaliação, a escolha, o processamento cognitivo e a utilização da informação para suprir a necessidade primeira – incluindo a própria identificação desta necessidade”.

Barreto (2005, p. 2) relata que “o conhecimento só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor

dentro do mundo em que sua história individual se desenrola”. A aceitação e o processamento da informação resultam na mudança de estado do conhecimento inicial do sujeito ou na sua capacidade de agir.

Para os membros do Conselho Universitário, a ação resultará na tomada de decisão e para que esta seja realizada, de forma eficaz, é preciso que tenham pleno domínio das informações, ou seja, que identifiquem suas necessidades, saibam como e onde buscá-las e principalmente, usá-las de forma a atingir os seus objetivos.

Neste caso, por se tratar de um assunto polêmico, o processo decisório também pode ser influenciado por fundamentos ideológicos ou por pressões externas. Esta forma de agir durante o processo de busca da informação define o comportamento informacional (information behaviour), também, denominado “estudos de usuários”.

Segundo Wilson (1999), por comportamento informacional são entendidas aquelas atividades que uma pessoa pode se engajar quando identificar suas próprias necessidades de informação, procurando a informação por qualquer meio e utilizando ou transferindo essa mesma informação (tradução nossa).

Segundo Gasque e Costa (2003, p. 55), os estudos dos usuários da informação e seu respectivo comportamento informacional envolvem alguns conceitos, a saber:

- necessidades de informação - um déficit de informação a ser preenchido e que pode estar relacionado com motivos psicológicos, afetivos e cognitivos;
- busca da informação ativa e/ou passiva, ou seja, o modo como os indivíduos buscam informações;
- uso da informação - a maneira como os indivíduos utilizam a informação;
- fatores que influenciam o comportamento informacional;
- transferência da informação - o fluxo de informações entre os indivíduos;
- estudos dos métodos - identificação dos métodos mais adequados a serem aplicados nas pesquisas.

Bartalo e Di Chiara (2012, p. 4) apontam que o estudo de usuários “é uma investigação feita para identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso da informação dos usuários reais e/ou potenciais de um serviço de informação”.

Dessa forma, comportamento informacional é o modo como as pessoas agem para encontrar as informações, objetivando a satisfação das necessidades, utilizando a busca e o uso da informação.

5.2.1 Necessidades Informacionais

Ao perceber uma necessidade de informação, que representa uma “lacuna” entre o que se sabe e o que se deseja saber, o ser humano busca informações que possam suprir essas necessidades.

Segundo Wilson (2000), o “comportamento de busca de informação” é o comportamento intencional de busca em função de uma necessidade específica ou para alcance de um determinado objetivo.

Choo (2006, p. 99) entende a necessidade de informação como necessidade cognitiva das pessoas, ou seja, “falhas e deficiências de conhecimento ou compreensão que podem ser expressas em perguntas ou tópicos colocados perante um sistema ou fonte de informação”. Relata ainda que “satisfazer uma necessidade cognitiva, então, seria armazenar a informação que responde ao que se perguntou” e que “no desempenho das tarefas organizacionais, entre elas o planejamento e a tomada de decisões, é o principal gerador de necessidades cognitivas”.

Os gestores reconhecem uma necessidade de informação a partir das atividades vivenciadas em seu ambiente de trabalho e procuram preencher esta deficiência por meio da busca, o acesso e o uso da informação. Os membros do Conselho Universitário da UEL necessitam de informações que contribuam para a análise e tomada de decisão com relação à nova regulamentação das políticas de cotas.

Como o momento é de reavaliação para decidir se o sistema de cotas existente deve ser mantido, reestruturado ou extinto, é de extrema importância que os gestores tenham informações relevantes que respaldem essa análise.

5.2.2 Busca da Informação

Segundo Silveira e Oddone (2007, p. 121), “a busca informacional consiste na tentativa intencional de encontrar informação como consequência da necessidade de satisfazer um objetivo”. Esta busca decorre do reconhecimento, pelo usuário, de uma necessidade e este pode buscá-la tanto em sistemas formais ou em outras fontes, o qual é denominado por Wilson (1997) como “troca interpessoal de informação”.

Segundo Bartalo (2009, p. 2), “o comportamento de busca da informação só se inicia e se desencadeia a partir do momento em que o indivíduo sente a necessidade de informação”. Entre o reconhecimento de uma necessidade e a ação no sentido de atendê-la, “coloca-se a formação de competências que habilitem o pensamento a tornar-se ação, a transformação da informação em conhecimento e, também a formação de habilidades e atitudes apropriadas para o trabalho com a informação” (MIRANDA, 2006, p. 112).

No momento de busca, o indivíduo seleciona os locais e as formas de buscar a informação. A acessibilidade, a confiabilidade e a relevância da fonte de informação são levadas em consideração quanto aos critérios a serem utilizados (CHOO, 2006).

Quando os gestores encontram situações difíceis de serem resolvidas, eles procuram entender esta lacuna e utilizam-se de estratégias de busca da informação para obter o que precisam para sanar suas dúvidas. Essas estratégias variam de pessoa para pessoa, dependendo do conhecimento das fontes e das experiências passadas. Os membros do Conselho Universitário são representantes de categorias da Universidade e da comunidade, eleitos por seus pares, de diferentes áreas de atuação e formação escolar, e no desenvolvimento da gestão do Conselho Universitário deparam-se com situações diversas, como é o caso da política de cotas. Para que possam decidir com segurança, procuram informações para satisfazer essas necessidades.

5.2.3 Uso da Informação

O uso da informação acontece no momento em que a pessoa age, utilizando a informação encontrada, com o objetivo de resolver um problema, tomar uma decisão ou aumentar a sua compreensão e conhecimento.

O resultado do uso da informação é uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo ou em sua capacidade de agir. Portanto, o uso da informação envolve a seleção e o processamento da informação de modo a responder uma pergunta, resolver um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou entender uma situação. (CHOO, 2006, p. 107).

Selecionar ou não uma informação depende da sua relevância para o esclarecimento ou solução do problema. A informação selecionada pode ser apenas uma parcela das informações adquiridas e a forma como será processada e utilizada depende de aspectos cognitivos e emocionais relacionados ao processo e ao indivíduo (CHOO, 2006).

Segundo Barbosa (2002, p. 8), uma informação é considerada relevante quando é necessária e útil para o alcance dos objetivos. Ela é confiável quando provém de fonte idônea e, por esse motivo, pode ser utilizada como base para se tomar decisão.

Objetivando diferenciar processamento e uso da informação, Wilson (1997) entende que a informação foi processada quando foi incorporada ao conhecimento do indivíduo e que foi usada quando provocou mudança em seu estado de conhecimento.

O uso da informação está diretamente relacionado à busca de informação, conforme afirmam Crespo e Caragnato (2003, p. 251), “A busca e uso de informação por cientistas é contínua e permeia todas as etapas do processo de construção do conhecimento, desde o planejamento do projeto até a apresentação dos resultados”.

O papel exercido, no ambiente de trabalho, provoca necessidades de informações que são satisfeitas pelo uso de fontes que veiculam a informação que atendem essa necessidade. O uso da informação será realizado quando da seleção de mensagens relevantes, de modo que gere uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo ou em sua capacidade de agir (CHAGAS, 2006).

Para a tomada de decisão, os conselheiros utilizam-se de seus conhecimentos e das informações que lhe apresentem a melhor alternativa para a resolução do problema, sendo assim, necessitam selecionar informações relevantes para os seus fins e assimilá-las aos seus conhecimentos.

Segundo Mattos (1998, p.11), “todas as questões relacionadas à informação utilizada ou necessária ao ambiente organizacional interferem no processo decisório”.

5.3 TOMADA DE DECISÃO

Não é tarefa fácil para o gestor identificar a informação que melhor contribuirá com o processo decisório. A maneira como a informação é disponibilizada pode ajudar ou não no processo. A eficácia na gestão do processo de tomada de decisão está diretamente relacionada à confiabilidade das informações prestadas, no momento certo, para a pessoa certa.

Ao utilizar uma informação, os gestores optam pela que lhes parece a melhor alternativa para a solução do problema. Desta forma, necessitam de informações objetivas e detalhadas para subsidiar a análise. Segundo Braga (1987), o processo decisório é o modo de pensamento e ação que resultará em uma escolha.

Choo (1998) define os gestores como usuários especiais da informação, pois criam conhecimento, formam sentido sobre o ambiente e para a tomada de decisão. Explicita também que a tomada de decisão deve ser formal e estruturada por procedimentos e regras, onde papéis, métodos e normas devem ser especificados. (CHOO, 2006).

Com relação à necessidade de informação para a tomada de decisão, Choo (2006, p. 303) descreve que a estruturação de um problema determina os tipos e o conteúdo das informações necessárias para a tomada de decisão e que a informação é necessária para definir preferências e selecionar regras, ou seja, estabelecer critérios de escolhas (Quadro 2). Relata também que há necessidade de informações sobre alternativas viáveis e suas possíveis conseqüências, ou seja, se as alternativas existem, se as soluções podem ser customizadas ou modificadas ou se é necessário encontrar novas soluções.

Quadro 2 - Necessidade, busca e uso da informação na Tomada de Decisão.

	Necessidade de Informação	Busca da informação	Uso da informação
Tomada de Decisões	<ul style="list-style-type: none"> - Determinar a estrutura e os limites do problema - Esclarecer preferências e adequação da regra - Informações sobre alternativas, resultados, preferências 	<ul style="list-style-type: none"> - Guiada por princípios heurísticos e hábitos - Busca motivada por problemas - Critérios para uma solução satisfatória 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitações no processamento da informação - Estruturado por rotinas e regras - Muitos problemas competem por atenção

Fonte: Choo (2006, p 303).

A busca de informação na tomada de decisão é orientada pelos "hábitos e princípios que o indivíduo adquiriu em decorrência de treinamentos, educação e experiências" (CHOO, 2006, p.310). Também são institucionalizadas regras e rotinas, pela organização, para estruturar o comportamento de busca e de escolha com base nos seus objetivos. Portanto, "é fruto das preferências individuais, dos valores institucionais e dos atributos da situação de escolha". (CHOO, 2006, p. 310).

A busca de informação é motivada por situações problemáticas e se inicia quando se percebe a necessidade de decisão e ação para resolver o problema e cessa quando a solução satisfatória é encontrada; quando são reunidas amplas evidências em favor de uma opção preferida; quando cursos de ações são desenvolvidos ou investigados para serem submetidos a uma avaliação final e quando são continuamente geradas e utilizadas em situações decisórias, mas, inicialmente desligadas dos problemas em questão (CHOO, 2006).

O uso da informação dentro do processo de tomada de decisão se dá por meio do estabelecimento de regras e preferências que estruturam o problema decisório. Essas regras definem a relevância das informações, estabelecem critérios para avaliação das alternativas, especificam os modos de compartilhamento das informações e os canais de comunicação e designam modelos de registro de informação.

Baseando-se no ambiente e no conhecimento organizacional, Choo (2003) apresenta quatro modelos de decisão (racional, processual, político e anárquico), porém, independentemente do modelo utilizado, a organização depara-se com "as preferências e escolhas, e a incerteza ou quantidade da informação

sobre os métodos e processos pelos quais as tarefas devem ser cumpridas e os objetivos devem ser atingidos” (CHOO, 2003, p. 275).

5.3.1 Informação para o Processo de Tomada de Decisão

Toda pessoa utiliza a informação para a resolução de um problema, na forma de tomada de decisão ou como aprendizado para a vida.

Na vida pessoal, a informação é necessária a todo instante, como por exemplo, no momento de escolher um local para sua viagem de férias, identificar o alimento mais apropriado para sua saúde, escolher o carro que melhor atende às suas necessidades, etc. Na vida profissional, a situação não é diferente, o ser humano necessita de informações para desenvolver, de forma satisfatória, o seu trabalho.

Diante das inúmeras informações existentes, a dificuldade passou a ser identificar a informação necessária para o processo de tomada de decisão. “O impacto das informações nas decisões será o instrumento de medida para determinar o valor da informação, que também está relacionado ao tempo de utilização e à utilidade da informação” (ABREU, 1999, p. 23).

A informação não só é fundamental, como também é produto e insumo do processo decisório de uma organização, e para que tal processo seja eficiente, além de se ter a informação, é necessário que ela seja repassada à pessoa certa, e que seja de qualidade, confiável e precisa (MORENO, 2009).

Para a análise sobre a política de cotas da UEL, os gestores necessitam de informações que os orientem e que possam sanar as suas dúvidas e dificuldades. Neste sentido, é preciso identificar as informações necessárias, saber como e onde buscá-las e de que forma podem ser utilizadas, formando, assim, o seu comportamento informacional para o processo de tomada de decisão.

Para Cavalcanti (1995), a probabilidade de acerto de uma decisão sem base de informações é nula e não é possível decidir sem conhecimento sobre o assunto.

Na UEL, a tomada de decisão é realizada de forma colegiada, ou seja, é de responsabilidade dos membros dos Conselhos Superiores (Conselho de Administração, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário),

cada um dentro de sua área de responsabilidade, e no presente estudo, é de responsabilidade do Conselho Universitário.

5.4 POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

O termo ação afirmativa teve origem nos Estados Unidos, no ano de 1963, criado pelo então presidente John Fitzgerald Kennedy, significando um conjunto de políticas públicas e privadas com o objetivo de combater a discriminação de raça e gênero e corrigir os efeitos das discriminações praticadas no passado (DOMINGUES, 2005). Neste período, as leis segregacionistas vigentes nos Estados Unidos começaram a ser revogadas e o movimento negro surge de forma atuante, conquistando o apoio de liberais e progressistas brancos para a luta pela defesa de seus direitos.

Segundo Brandão (2005, p. 6), a primeira iniciativa oficial de ação afirmativa dos Estados Unidos ocorreu em 1972, quando se oficializou, em forma de lei, que “órgãos públicos federais e as instituições financiadas pelo governo deveriam implementar metas e prazos específicos para admitir pessoas de minorias raciais e mulheres.”

No Brasil, a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, estabeleceu como um dos objetivos fundamentais da República “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, artigo 3º, inciso IV) e também a garantia de novos direitos sociais, como a proteção ao mercado de trabalho da mulher, a reserva percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência, no *caput* do artigo 5º, afirma que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Para Melo (2003, p. 5),

O conceito jurídico de igualdade deixou de ser um conceito meramente passivo, para abarcar também uma face ativa, ou seja, saímos de um conceito negativo de atitudes discriminatórias, passamos a um conceito jurídico de igualdade positiva, que culmina com o surgimento das ações afirmativas.

As políticas de ação afirmativa são medidas que objetivam eliminar ou reduzir as desigualdades entre os membros de uma sociedade. Para Anchieta

(2008, p. 30), “ações afirmativas nada mais são do que um conjunto de ações que concentram suas forças na tentativa de correção da situação de desvantagem sofrida por qualquer grupo alvo de preconceito e na promoção de uma sociedade democrática”. São denominadas políticas sociais compensatórias, ou seja, intervenções do Estado, a partir da demanda da sociedade civil, que garantem o cumprimento de direitos sociais que não são cumpridos pela sociedade em sua integralidade (SILVÉRIO, 2002).

As ações afirmativas foram criadas para combater injustiças sociais e com a finalidade de enfrentar as discriminações e os preconceitos. Para Sell (2002 p. 15), as ações afirmativas são

[...] uma série de medidas destinadas a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais: aquela que parece estar associada a determinadas características biológicas (como raça e sexo) ou sociológicas (como etnia e religião), que marcam a identidade de certos grupos na sociedade.

No Brasil, muitas iniciativas já foram realizadas com relação às políticas de ação afirmativa, como por exemplo:

- Artigo 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 estabelece que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.
- Lei nº 8.112/90, artigo 5º, estabelece cotas de até 20% para portadores de deficiência no serviço público civil da União.
- Lei nº 8.213/91, artigo 93º, fixa cotas para os portadores de deficiência no setor privado.
- Lei nº 8.666/93, artigo 24º, inc. XX preceitua a inexigibilidade de licitação para contratação de associações filantrópicas de portadores de deficiência.
- Lei nº 9.504/97, artigo 10º, § 2º estabelece cotas para mulheres nas candidaturas partidárias.
- Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3708/2001 institui cota de até 40% para as populações negra e parda no acesso à

Universidade Estadual do Rio de Janeiro e à Universidade do Norte Fluminense.

- Decreto Federal nº 4228/02 cria o Programa Nacional de Ações Afirmativas sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos no Ministério da Justiça.
- Decreto nº 4886/2003 institui a Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial.
- Lei nº 10.096/2005 cria o Programa Universidade para Todos – PROUNI.

Uma das ações afirmativas mais discutidas no Brasil é a implantação do sistema de cotas para negros, nas universidades, como justificativa para a diminuição das desigualdades entre cidadãos e grupos sociais considerados grupos específicos que teriam maior dificuldade por serem vítimas de discriminação nas suas relações com a sociedade.

Diante de um quadro que evidencia a desigualdade racial, e ao mesmo tempo a reproduz, adquire-se a certeza de que devem ser tomadas medidas voltadas para sua reversão. Essas medidas, chamadas ações afirmativas, cada vez mais aparecem no debate político e intelectual brasileiro como formas privilegiadas para promoção da população negra. (VIEIRA, 2003, p. 88).

Segundo Rozas (2009, p. 23), outras formas de ações afirmativas podem ser destacadas tanto na esfera pública quanto na esfera privada, tais como

concessão de bolsa de estudos e cursos pré-vestibulares para alunos negros e hipossuficientes, a implementação de programas de estágios e a capacitação profissional aos jovens, a ampliação do financiamento estudantil e a contratação e a promoção de trabalhadores, levando em conta, além da qualificação profissional, o viés étnico-racial.

A Universidade Estadual de Londrina, além do sistema de cotas para alunos oriundos da escola pública e para os que se autodeclararem negros, também desenvolve outras políticas de ações afirmativas, tais como a moradia estudantil, oferta de "bolsas" para estudantes de baixa renda e curso pré-vestibular gratuito.

5.5 SISTEMA DE COTAS

A política de cotas é uma das modalidades de ação afirmativa que tem como objetivo reduzir desigualdades sociais na concepção de justiça como equidade. A palavra “equidade”, segundo o dicionário Aurélio significa: “Disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um. Conjunto de princípios imutáveis de justiça que induzem o juiz a um critério de moderação e de igualdade, ainda que em detrimento do direito objetivo. Igualdade. Retidão”. (FERREIRA, 1986, p. 544).

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o princípio de igualdade, reconhece que uma pessoa não é igual a outra, pois não veda as diferenças de tratamento, proíbe apenas as diferenças arbitrárias, isto é, aquelas que não respeitem a proporcionalidade do meio aplicado para atingir o fim visado (FERREIRA FILHO, 2001).

Corroborando com este pensamento, Mello (1991, p. 32-35) expõe que

O princípio da igualdade preceitua que sejam tratadas igualmente as situações iguais e desigualmente as desiguais. Donde não há como desequiparar pessoas e situações quando nelas não se encontram fatores desiguais. E, por fim, consoante do averbado insistente, cumpre ademais que a diferenciação do regime legal esteja correlacionada com a diferença que se tomou em conta.

O sistema de cotas no Brasil surgiu em decorrência da política de ação afirmativa, objetivando facilitar à população negra e aos oriundos de escola pública, o acesso ao ensino superior público, considerando a população negra ter sido vítima de discriminação durante um longo período e a extrema fragilidade do ensino fundamental e médio.

Segundo Castro (2001), o sistema de cotas faz com que os alunos oriundos do ensino médio de escolas públicas não sejam prejudicados pela qualidade de ensino público, havendo uma sub-representação das classes de menor renda nas universidades.

Como a questão está ligada aos direitos individuais dos cidadãos, a área de conflito instala-se, pois o privilégio de uns significa a exclusão de outros. Tem-se aqui uma discussão polarizada em que pontos de vista distintos se

manifestam, ora favoráveis, ora contrários à consecução de tais políticas (SILVA, 2005).

5.5.1 Sistema de Cotas em Universidades Brasileiras

O sistema de cotas para o ingresso da população brasileira negra nas universidades é considerado como ação reparadora por contribuir para minimizar as consequências daqueles que sofrem por racismo e discriminação.

O impulso para a discussão e adoção do sistema de cotas no país aconteceu após a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerância Correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul, em agosto e setembro de 2001, intensificando, a partir deste momento, os debates sobre ação afirmativa no Brasil.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foram as primeiras instituições de ensino superior a debaterem e implantarem a reserva de vagas para a população negra no Brasil. Os critérios estabelecidos são diferentes nas duas universidades. Por meio da Lei Estadual nº 4151/2003, a UERJ (2003) disponibilizou 20% de suas vagas ao acesso da população negra enquanto a UNEB (2002) destinou 40% para afrodescendentes, conforme Resolução CONSU nº 196/2002.

Dentre as universidades federais, a Universidade de Brasília foi a primeira a adotar o sistema de cotas, em junho de 2003, destinando 20% das vagas do vestibular para negros. Logo após, a Universidade Federal do Mato Grosso estabeleceu um adicional de 30% do total de vagas a serem destinadas a candidatos afrodescendentes, pobres e 10% deste total para os índios. A Lei Estadual nº 2.605/2003 do Estado do Mato Grosso aprovou a política de cotas para negros e índios, destinando 20% das vagas para negros e 10% para índios, oriundos de escola pública.

Conforme informação veiculada no site da ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, foi realizado, no mês de setembro de 2011, uma audiência pública com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, para discutir e avaliar os

dez anos de existência do sistema de cotas raciais para ingresso em universidades públicas brasileiras. (ANDIFES, 2011).

Nesta audiência, foi divulgado um levantamento feito pela entidade não governamental “Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes” (Educafro), ressaltando que, no Brasil, 160 instituições públicas brasileiras de ensino superior já adotaram algum tipo de ação afirmativa, totalizando 330 mil cotistas, sendo 110 mil deles afrodescendentes e 32 universidades estaduais e 38 federais têm sistema de cotas raciais, sendo 77% delas por iniciativa própria e as demais em virtude de legislação do respectivo Estado.

A Universidade Estadual de Londrina foi a oitava universidade do país a implantar o sistema de cotas. No ano de 2005, após debates com a comunidade e aprovação em seu Conselho Universitário, implantou o sistema de cotas para estudantes oriundos de escola pública e para aqueles que se autodeclararem negros, conforme cita o artigo 1º da Resolução nº 78/2004:

Art. 1º - Fica estabelecido que até 40% das vagas de cada curso de graduação, ofertadas em Concurso Vestibular pela Universidade Estadual de Londrina, serão reservadas a estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino, sendo que até metade das vagas decorrentes da aplicação deste percentual deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros.

Em abril de 2012, o STF, Supremo Tribunal Federal, julgou constitucional o sistema de cotas raciais que reserva a estudantes negros parte das vagas das universidades públicas brasileiras.

5.5.2 Sistema de Cotas na UEL

A implantação do sistema de cotas, na Universidade Estadual de Londrina, ocorreu em 2004 com a publicação da Resolução nº 078/2004 do Conselho Universitário, como parte das políticas de ação afirmativa, passando a vigorar no concurso vestibular de 2005.

Descreve-se, neste capítulo, a história da implantação do sistema de cotas para negros na UEL, extraída de diversas fontes como livros, registros em jornais, *site* da UEL, tese de mestrado, entre outras.

A discussão na UEL a respeito da implantação do sistema de cotas para negros iniciou-se em 2002 com uma solicitação do Movimento Negro de

Londrina, por meio de seu presidente Edmundo Silva Novais e representantes da CAE/UEL – Coordenadoria de Assuntos de Graduação (hoje, Pró-Reitoria de Graduação - Prograd), apoiadas pela Reitora à época, professora Lygia Lumina Puppato.

Anteriormente a isso, a Diretoria de Assuntos Acadêmicos da CAE havia realizado estudos e demonstrado preocupação com o perfil dos alunos aprovados no vestibular e já manifestado interesse em rever o mecanismo de ingresso dos alunos, bem como da necessidade de revisar o regimento da Universidade. Diante de uma solicitação do Movimento Negro e da intenção da UEL em alterar a forma de ingresso no concurso vestibular, promoveu-se ampla discussão sobre o assunto, objetivando dar oportunidades para alunos discriminados pela sociedade, os negros.

Em abril de 2004, com o Seminário “O negro na Universidade: o direito à inclusão”, o assunto voltou a ser amplamente discutido, destacando a responsabilidade das universidades com relação à falsa democracia racial. Este seminário foi de grande importância no processo de implantação do sistema de cotas na UEL, segundo os organizadores do livro de mesmo nome do seminário, professor Jairo Queiroz Pacheco e professora Maria Nilza da Silva (2007). Ainda em 2004, foi realizado o Fórum Nacional de Cultura com a presença de um assessor da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura.

A iniciativa pela implantação do sistema de cotas na UEL deveu-se ao esforço do movimento Negro de Londrina, da Fundação Palmares e da Secretaria de Cultura do Município de Londrina, que apresentou proposta de seminário para ampliar o debate na UEL. Entre o segundo semestre de 2002 e o ano de 2004, ocorreu um período de interrupção das discussões, por estarem os colegiados de cursos envolvidos com diversas comissões de sindicância e processos disciplinares derivadas de problemas administrativos da gestão anterior, não havendo espaço para debate de tema tão complexo, porém, neste período, houve contatos entre a Coordenadoria de Assuntos de Graduação e o Movimento Negro de Londrina, possibilitando a ampliação de subsídios que foram utilizados nas discussões posteriores. Em 2004, a discussão foi amparada pelos novos Estatuto e Regimento da UEL, pela posição do governo brasileiro assumida na Conferência de Durban, África do Sul, de combater as práticas racistas, e pelo envio de proposta de

implantação de sistema diferenciado de vagas ao Conselho Universitário, pela administração da Universidade.

A minuta de Resolução foi encaminhada pelo Gabinete da Reitora aos centros de estudos para manifestação e discussão pelos colegiados de cursos e departamentos.

As discussões e debates ocorreram nos centros de estudos e as opiniões se dividiram interna e externamente à comunidade universitária, tanto no período de discussão e votação da resolução, quanto no momento de sua implantação em 2005.

Em 23/06/2004, o Conselho Universitário aprovou com 31 votos a favor, dos 45 conselheiros com direito a voto, a Resolução nº 078/2004 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2004) que definiu que até 40% das vagas de cada curso de graduação, ofertadas em Concurso Vestibular pela UEL, seriam reservadas a estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, e até metade das vagas decorrentes da aplicação desse percentual deveriam ser destinadas a candidatos que se autodeclarassem negros e estabelecer os critérios para sua implementação. A Resolução estipulou que o percentual de vagas passaria a vigorar por um período de sete anos letivos, contados a partir do ano letivo de 2005.

Em agosto de 2010, a Pró-Reitoria de Graduação (antiga Coordenadoria de Assuntos de Graduação), encaminhou o ofício protocolado na Divisão de Protocolo e Controle do SAUEL, sob nº 23.792/2010, solicitando informações sobre a disposição para discutir o assunto em atendimento à Resolução nº 078/2004. A administração solicitou que a Prograd elaborasse relatório contendo informações sobre o número de acesso de negros e de estudantes de escola pública; desistência; trancamento de matrícula; abandono; desempenho dos estudantes cotistas; desempenho comparativo com os demais alunos da Universidade; alunos formados e principais problemas encontrados. A Prograd apresentou o relatório solicitado, anexando-o ao processo nº 23.792/2010. Em dezembro de 2010, a Reitora publicou uma Portaria, constituindo comissão encarregada de propor metodologia e cronograma para discussão da Política de Cotas no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, e encaminhou o processo para subsidiar os trabalhos da comissão. A referida comissão foi composta por dois representantes do Conselho Universitário, um da Comissão Permanente de Acompanhamento e de Avaliação da Implementação da

Política de Cotas da UEL, um representante dos servidores técnico-administrativos e um representante discente, e estabeleceu-se o dia 25 de fevereiro de 2011 para apresentação de sugestões, na reunião do Conselho Universitário, e o mês de julho para conclusão dos trabalhos.

A Comissão encarregada de propor metodologia e cronograma para discussão da política de cotas, no âmbito da UEL, encaminhou o relatório para ser apreciado pelo Conselho Universitário, que aprovou a metodologia de trabalho e o cronograma apresentado pela Comissão e publicou a Resolução nº 010/2011, prorrogando os efeitos da Resolução nº 078/2004 para o Processo Seletivo Vestibular de 2012.

A Comissão sugeriu como metodologia a ampliação das discussões, envolvendo o maior número possível de pessoas, dando conhecimento do resultado das avaliações sobre o sistema de cotas da UEL, no período de 2004 a 2010, e as discussões realizadas em fóruns, reuniões de colegiados de cursos, conselhos departamentais, conselhos de centros, entidades representativas e em outros eventos promovidos pela comunidade e sugeriu também a ampla divulgação na seção “Acontece” do site da UEL (www.uel.br).

Em julho de 2011, o Conselho Universitário apreciou e aprovou o relatório final da Comissão para discussão da política de cotas na Universidade Estadual de Londrina e a dinâmica de discussão sobre a política de cotas para a reunião de 26 de agosto de 2011. Aprovou, ainda, que os membros do Conselho Universitário enviassem propostas de seus representados para sistematização dos resultados.

Por meio do processo nº 24244/2011, foram encaminhadas as propostas elaboradas pelos conselhos dos Centros, dos Departamentos e representantes das diversas categorias de docentes e servidores técnico-administrativos sobre o sistema de cotas na UEL. Tais propostas foram discutidas pelos membros do Conselho Universitário na citada reunião. Estas deliberações compuseram a Resolução nº 108/2011 (Anexo C), que estabelece a reserva de vagas no Processo Seletivo Vestibular para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros, a partir de 2013.

O período de agosto de 2010 a agosto de 2011 foi dedicado à discussão para a nova regulamentação da política de cotas na UEL, tendo sido este o período analisado no presente estudo.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa configurou-se como exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. Para Gil (2008, p. 42), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial

a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo.

O autor ressalta, ainda, que as pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, são as mais utilizadas pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática, e também as mais solicitadas pelas instituições de ensino, empresas comerciais e partidos políticos.

Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 62), a pesquisa descritiva “trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade buscando conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano”, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Para analisar o comportamento informacional dos conselheiros, utilizou-se dados coletados por meio de um questionário e realizou-se análise documental das atas e processos que trataram do assunto.

6.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Chizzotti (2003, p. 83) destaca que os participantes são reconhecidos como “sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”, entendendo-se que eles têm um “conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam suas ações individuais”. Ressalta que

como sujeitos da pesquisa identificam os seus problemas, analisam-nos, discriminam as necessidades prioritárias e propõem as ações mais eficazes. As ações de intervenção na realidade não são, necessariamente, consensuais; devem sempre ser "negociadas" para se adequar às possibilidades concretas do contexto, das pessoas e das condições objetivas em que devem ser postas (CHIZZOTTI, 2003, p. 83).

O Conselho Universitário é composto por 56 membros, sendo que 50 deles detêm voz e voto, ou seja, podem se pronunciar sobre os assuntos discutidos e também votar. Os pró-reitores detêm apenas voz, podem se pronunciar durante as reuniões, expondo suas opiniões, porém não podem votar.

Desta forma, foi encaminhado o instrumento de coleta de dados aos 50 conselheiros que detinham voz e voto nas reuniões do Conselho Universitário, no período de discussão da nova regulamentação da política de cotas da UEL (agosto/2010 a agosto/2011), sendo que 24 deles o responderam, sendo estes os participantes da pesquisa.

Para efeito desta pesquisa, as representações do Conselho Universitário foram reunidas conforme discriminado no quadro 3, tendo em vista que algumas categorias são compostas por uma ou duas pessoas, como por exemplo, a reitora, o representante do poder executivo municipal, e outras. Os vinte e quatro conselheiros que responderam ao questionário assinalaram a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, enviado na página inicial do questionário solicitando que assinalassem a concordância.

Quadro 3 – Questionários por representação

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO	NÚMERO DE REPRESENTAÇÃO NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO	TOTAL DE REPRESENTANTES QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO	PERCENTUAL DE RESPOSTA POR REPRESENTAÇÃO
Diretores de Centro	09	08	88%
Representante dos Centros de Estudos não vinculados à instância administrativa	09	05	55%
Representantes do CEPE	09	04	55%
Categoria Docente (professor titular, associado, adjunto, assistente e auxiliar)	05	01	20%
Classe patronal, classe trabalhadora, poder executivo municipal, poder legislativo municipal, reitora e vice-reitora.	08	02	25%
Discente	05	02	40%
Técnico-administrativo	05	02	40%
TOTAL	50	24	48%

6.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário (Apêndice B), uma ficha de extração de dados dos processos administrativos internos relacionados ao assunto (Apêndice C) e uma ficha para análise dos dados das atas das reuniões do Conselho Universitário (Apêndice D).

O questionário foi elaborado em escala de Likert com cinco possibilidades de resposta, sendo 0 para nunca sentiu ou agiu da forma como a assertiva descrevia até 4 para sempre agiu e/ou sentiu da forma como a assertiva sugeria. As posições intermediárias (1, 2 e 3) representavam graus de intensidade de comportamento entre os dois extremos. O questionário (Apêndice A) foi pré-testado e depois aplicado.

No Quadro 4, estão discriminados os objetivos e as respectivas questões formuladas para alcançá-los. As questões estão enumeradas conforme o questionário enviado.

Quadro 4 – Desdobramento dos objetivos da pesquisa em questões

Objetivo Geral	
Analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para o processo de tomada de decisão com relação à política de cotas da UEL.	
Objetivos específicos	Questões
Caracterização	1) Tempo de serviço na UEL 2) Sexo 3) Idade 4) Formação Escolar 5) Quantas vezes foi membro do Conselho Universitário além do atual? 6) Participou da primeira discussão sobre a política de cotas na UEL em 2004? 7) Qual categoria representa no Conselho Universitário?
1) Identificar as necessidades informacionais dos conselheiros do Conselho Universitário da UEL para o processo de tomada de decisão sobre a política de cotas.	36) Na discussão sobre a política de cotas, ocorrida no período de agosto de 2010 a agosto de 2011, senti necessidade de informações adicionais para entender o assunto, ou seja, informações além das que circulavam nestas discussões internas da UEL. 11) Senti necessidade de informações sobre: política de ação afirmativa; regulamentação vigente na UEL sobre a política de cotas; política de cotas em outras universidades brasileiras; desempenho dos alunos cotistas da UEL; resultado da avaliação sobre o atual sistema de cotas na UEL.
2) Identificar o comportamento de busca de informação dos membros do Conselho Universitário da UEL para suprir as necessidades informacionais relacionadas à política de cotas.	41) Busquei as informações para nova regulamentação do sistema de cotas na UEL: no site da UEL; em documentos oficiais da UEL; nos meios de comunicação (jornais, TV, rádio); no Boletim Notícias (jornal de divulgação interna na UEL); nos eventos realizados pela UEL sobre política de cotas. 10) Extraí informações sobre a política de ação afirmativa em sites da internet. 35) Pesquisei sites de outras universidades que utilizam o sistema de cotas para ingresso de seus alunos. 12) Busquei informações com pessoas que participaram do processo de implantação da política de cotas na UEL em 2004. 39) Li artigos sobre ação afirmativa e política de cotas para subsidiar minha análise sobre o sistema de cotas na UEL. 33) Promovi reuniões sobre a nova regulamentação da política de cotas com a categoria a qual represento.
3) Verificar como esses conselheiros acessam as informações sobre o assunto.	26) Participei do seminário “O negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado em 2004. 18) Participei das palestras, fóruns e debates que foram realizadas na UEL sobre a política de cotas em 2011. 29) Acessei as informações registradas nos processos internos da UEL sobre o sistema de cotas. 21) Acessei a seção “Acontece” no site da UEL sobre a política de cotas.
4) Identificar as fontes de informações utilizadas pelos conselheiros para o processo de tomada de decisão sobre a política de cotas da Universidade Estadual de Londrina.	32) Os processos internos que tratavam sobre a política de cotas na UEL continham informações importantes que auxiliaram na minha decisão sobre a nova regulamentação do sistema de cotas. 14) A primeira reunião do Conselho Universitário sobre política de cotas (29/07/11) foi bastante esclarecedora. 27) Informações encontradas na internet sobre política

	<p>de ação afirmativa foram úteis para o entendimento da política de cotas.</p> <p>34) Os jornais veiculados na cidade de Londrina trouxeram informações atualizadas sobre a política de cotas.</p> <p>40) O “Boletim Notícia” (jornal interno da UEL) foi importante fonte de informação para subsidiar a minha análise sobre a política de cotas na UEL.</p> <p>24) Pesquisei em outras fontes para subsidiar a análise sobre a política de cotas na UEL. Quais.</p> <p>22) O site da UEL sobre Política de Cotas apresentava informações suficientes para o trabalho de elaborar legislação sobre o assunto.</p> <p>37) Os fóruns, palestras e debates realizados na UEL sobre a política de cotas foram importantes fontes de informação.</p> <p>9) Sabia onde buscar as informações sobre a política de cotas na UEL.</p>
<p>5) Investigar o uso da informação no processo de tomada de decisão para o sistema de cotas.</p>	<p>8) Utilizei as informações veiculadas no fórum sobre políticas de cotas na UEL, realizado em abril de 2011, para análise e discussão sobre o assunto.</p> <p>25) Usei as informações disponibilizadas na seção “Acontece” do site da UEL para auxiliar na análise e tomada de decisão sobre a política de cotas.</p> <p>17) As informações dos processos contribuíram para subsidiar a minha análise sobre a política de cotas.</p> <p>28) O conhecimento adquirido com as informações disponibilizadas pela UEL sobre a política de cotas contribuiu para minha análise e tomada decisão.</p> <p>16) Na segunda reunião do Conselho Universitário sobre política de cotas (26/08/11) utilizei as informações registradas nos processos para auxiliar na tomada de decisão sobre a regulamentação da política de cotas da UEL.</p>
<p>6) Verificar a satisfação das necessidades informacionais no que tange ao sistema de cotas.</p>	<p>19) As informações obtidas nos eventos promovidos pela Comissão de Cotas do Conselho Universitário/PROGRAD e COPS foram úteis para dar continuidade ao trabalho de definição da política de cotas na UEL.</p> <p>23) As informações disponibilizadas, na seção “Acontece” do site da UEL, sobre a política de cotas eram confiáveis e precisas.</p> <p>13) Gostaria de ter recebido mais informações sobre a política de cotas da UEL.</p> <p>31) O tempo para análise e discussão sobre a política de cotas na UEL foi escasso.</p> <p>30) As informações disponibilizadas nos processos da UEL contribuíram para as minhas tomadas de decisão sobre a regulamentação da política de cotas na UEL.</p> <p>15) Faltou informação sobre a política de cotas na UEL.</p> <p>20) Houve excesso de informações sobre a política de cotas na UEL.</p> <p>38) As informações obtidas satisfizeram minhas necessidades, subsidiando a análise para o processo de tomada de decisão sobre o sistema de cotas na UEL.</p>

Foram analisados os processos administrativos internos de números 23.792/2010, 303/2011 e 24.244/2011 e registradas nas fichas de extração de dados as informações relevantes sobre o assunto. Analisaram-se, também, as atas das reuniões do Conselho Universitário dos dias 25/02/2011, 29/07/2011 e 26/08/2011.

6.3 ESTUDO PILOTO

O estudo piloto teve como objetivo avaliar o instrumento a ser utilizado na coleta de dados e sua adequação aos objetivos da pesquisa. Segundo Yin (2005), o estudo piloto auxilia o investigador a refinar seus procedimentos de coleta e registro de dados.

O questionário, contendo 41 questões sobre comportamentos relacionados às necessidades, buscas e usos das informações para a tomada de decisão com relação à nova regulamentação da política de cotas da UEL (Apêndice A), foi entregue pessoalmente aos seis membros do Conselho Universitário que detém apenas voz no referido conselho (pró-reitores), considerando que eles não participariam da pesquisa principal.

Foi utilizada a escala de Likert, em que os entrevistados deveriam indicar seu grau de intensidade de comportamento, sendo os valores altos para as declarações de maior frequência e os valores baixos para as de menor frequência de comportamento. Para cada pergunta do questionário, foi colocada uma questão analisando a formulação e compreensão da pergunta, vocabulário utilizado e opinião sobre a relevância da questão para a pesquisa.

Foi solicitado que respondessem ao questionário, porém, que priorizassem a avaliação das questões, considerando ser este instrumento um pré-teste. Foi solicitado, também, que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F).

Dos seis questionários entregues aos pró-reitores, um não foi devolvido e na tabulação das avaliações das questões, o avaliador um não fez a avaliação, apenas respondeu o questionário e os pesquisadores dois, três, quatro e cinco aprovaram as questões, considerando-as importantes e pertinentes para a pesquisa.

Dentre os cinco respondentes, quatro eram do sexo masculino e um do sexo feminino, sendo quatro doutores e um mestre; três deles participaram do Conselho Universitário mais que três gestões e dois participaram duas vezes. Quatro dos cinco conselheiros participaram da primeira discussão sobre a política de cotas em 2004.

Após o recebimento dos questionários do pré-teste, as respostas foram transcritas para a página do Google Docs, objetivando propiciar uma simulação e análise da maneira como os questionários seriam recebidos e tabulados, como forma de treinamento e aprendizagem para a pesquisa principal.

6.4 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de questionário (Apêndice B), e análise documental (Apêndices C e D). Os questionários foram encaminhados aos 50 membros do Conselho Universitário que detém voz e voto, por meio de formulário eletrônico, no Google Docs, que é uma ferramenta gratuita do Google para edição de textos, planilhas e apresentações, onde os documentos são armazenados e disponibilizados a vários usuários em tempo real, possibilitando uma análise dos resultados por meio de gráficos e tabelas e não identificando os respondentes da pesquisa. Na página inicial do questionário, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que concordassem em participar da pesquisa. Os e-mails dos conselheiros foram disponibilizados pela SGOCS, após autorização do Conselho Universitário. Antes do envio do questionário pelo Google Docs, foi enviado e-mail aos participantes da pesquisa, apresentando seus objetivos e informando que seria encaminhado o questionário.

O questionário encontra-se disponível no sítio do Google Docs¹.

As respostas dos questionários foram transcritas para o sistema Excel por entender que traria maiores subsídios de análise.

Por meio de requerimento, foi solicitado à chefia de gabinete cópia dos processos e das atas das reuniões do Conselho Universitário onde o assunto cotas foi discutido (Apêndice E) por se tratarem de documentos oficiais, onde são registradas as informações relacionadas ao assunto. Registram-se nesses

¹ <https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dFFhZzJFdnJFMmZNZFFld0N2VHFWamc6MQ#gid=0>

documentos todos os encaminhamentos realizados durante a discussão, bem como as propostas e os relatórios emitidos para subsidiar a análise e a tomada de decisão.

Segundo Bardin (1977, p. 46), o objetivo da análise documental é

a representação condensada da informação para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

A análise documental foi realizada em todas as atas das reuniões do Conselho Universitário onde o assunto “cotas” foi discutido, no período de agosto de 2010 a agosto de 2011 (25/02/2011, 29/07/2011 e 26/08/2011), e nos processos números 23.792/2010, 303/2011 e 24.244/2011, identificando as necessidades, a busca e o uso das informações para o processo de tomada de decisão dos conselheiros, tendo sido registrado em formulário próprio (Apêndices B e C).

Os três processos foram anexados a pedido do Gabinete da Reitoria (GR) por tratarem do mesmo assunto, ficando como principal o de número 23.792/2010 e tramitaram pela Comissão, pela Prograd, pelo Gabinete da Reitoria e pela SGOCS. Neles continham as propostas e os relatórios apresentados pela Comissão para a discussão da política de cotas; os relatórios elaborados pela Prograd sobre a quantidade de acesso à UEL de estudantes negros e oriundos de escola pública; número de desistência; trancamento de matrículas; abandono; desempenho dos alunos cotistas; desempenho dos alunos cotistas comparados com os alunos oriundos de vagas universais; número de alunos cotistas formandos; textos sobre Política de Ação Afirmativa em instituições de ensino públicas e particulares, Inclusão Social; reportagens publicadas nos jornais locais e no Boletim Notícia, jornal de divulgação interna da UEL. Constaram também as propostas apresentadas pela administração da UEL e pelas representações do Conselho Universitário, por meio de seus conselheiros e as deliberações finais sobre o assunto, culminando na aprovação das Resoluções 010/2011, em 25 de fevereiro de 2011 e 108/2011 em 26/08/2011.

Em consulta aos processos, foi observado que eles continham informações relevantes para a análise e tomada de decisão com relação à nova regulamentação da política de cotas.

Analisando as atas, observou-se que elas não descreviam, de forma explícita, o assunto discutido nas reuniões do Conselho Universitário, não tendo registros de pronunciamentos, questionamentos ou propostas dos conselheiros durante as reuniões. Assim, concluiu-se que as atas não apresentaram contribuições para a pesquisa, pois as informações registradas eram sucintas, constando apenas o resultado das discussões, não trazendo informações que pudessem subsidiar a análise e discussão sobre a política de cotas.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar, de forma sistematizada, os resultados extraídos do questionário aplicado, ou seja, o perfil dos participantes da pesquisa, as necessidades de informações percebidas, o acesso e as fontes de informações utilizadas para a busca, e se o uso dessas informações contribuiu para a tomada decisão no momento da discussão da nova regulamentação da política de cotas, ocorrido no período de agosto de 2010 a agosto de 2011, visando cumprir o objetivo principal desta pesquisa: analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para o processo de tomada de decisão com relação à política de cotas da UEL.

Dos cinquenta questionários, encaminhados recebeu-se resposta de vinte e quatro conselheiros, totalizando 48% de participação.

As respostas dos questionários, de acordo com os objetivos estabelecidos para a pesquisa, foram agrupadas em necessidades, busca, acesso, fontes, uso e satisfação das necessidades de informações para o processo de tomada de decisão da política de cotas da UEL, somando-se os graus atribuídos pelos participantes e extraíndo a média geral.

A partir da média geral, estabeleceu-se categorias de intensidade de frequência de comportamento para descrevê-las e para auxiliar na análise e discussão dos resultados, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Categorias de intensidade de frequência de comportamento

FREQUÊNCIA	COMPORTAMENTO
Média menor que 1,00	Baixa
De 1,10 a 2,00	Moderada
De 2,10 a 3,00	Alta
De 3,10 a 4,00	Altíssima

Diante dessa análise, entendeu-se que os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados, atingindo assim o objetivo geral: analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário para o processo de tomada de decisão com relação à política de cotas da Universidade Estadual de Londrina.

7.1 CARACTERIZAÇÕES DOS PARTICIPANTES

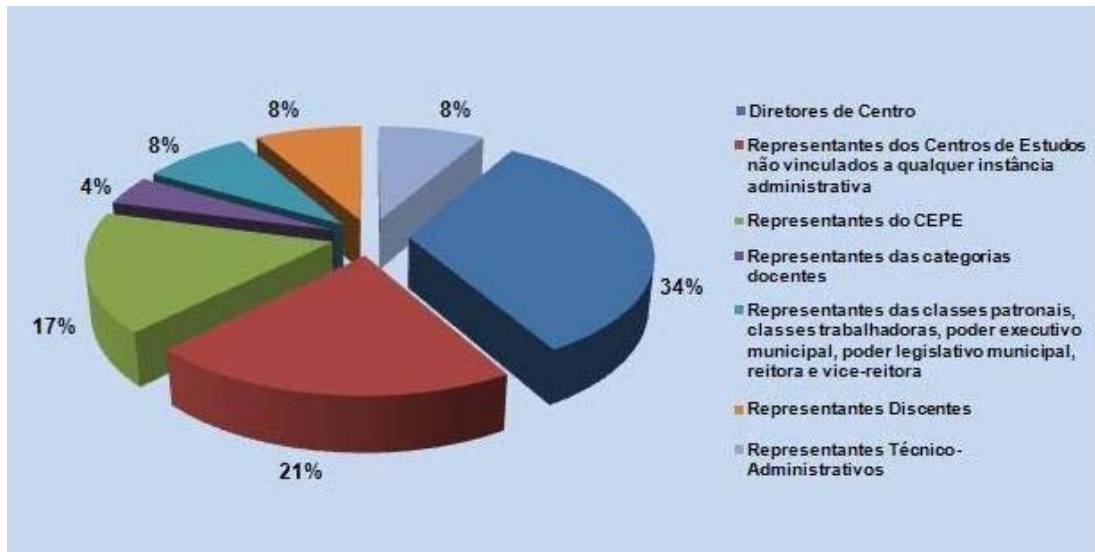
O questionário foi respondido por vinte e quatro membros do Conselho Universitário, sendo doze do sexo masculino e doze do sexo feminino. Verificou-se que o tempo mínimo de serviço na UEL é de quatro anos e o máximo é de trinta e quatro, sendo a média de tempo de serviço dos participantes do Conselho Universitário de vinte e um anos. As idades dos participantes da pesquisa variaram de vinte e três anos e um mês a sessenta e três anos e onze meses, com uma média de quarenta e cinco anos e nove meses, sendo que apenas um deixou de responder a questão.

7.1.2 Participação na Pesquisa por Representação do Conselho Universitário

As categorias dos representantes que responderam o questionário estão discriminadas conforme figura 1. As representações do Conselho Universitário foram agrupadas, tendo em vista que algumas categorias são compostas por uma ou duas pessoas.

Observa-se que a categoria dos diretores de centros foi a de maior participação na pesquisa, totalizando 34% da representação, seguida por 21% pelos docentes representantes dos Centros de Estudos não vinculados a qualquer instância administrativa e 17% pelos representantes do CEPE.

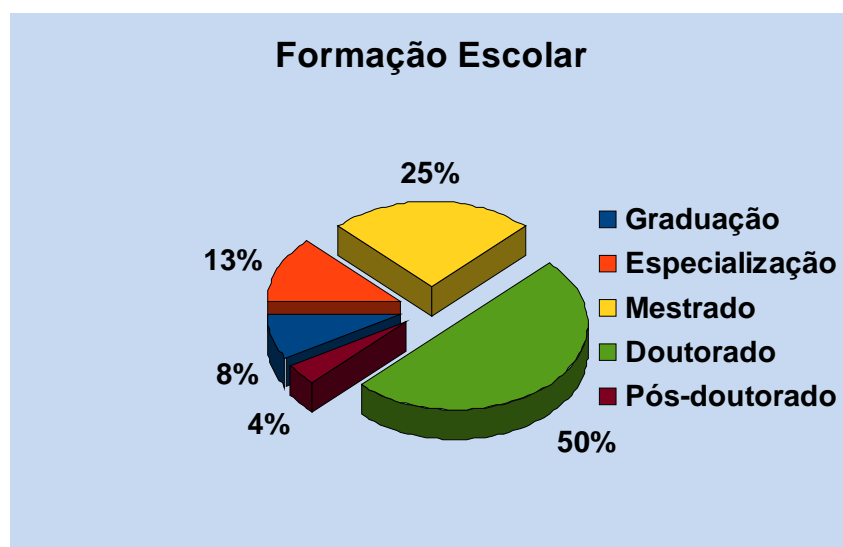
Figura 1 - Categorias dos representantes



7.1.3 Formação Escolar

Identificou-se que metade dos participantes da pesquisa são doutores e 25% possuem o título de mestre, conforme resultados apresentados na Figura 2.

Figura 2- Formação escolar

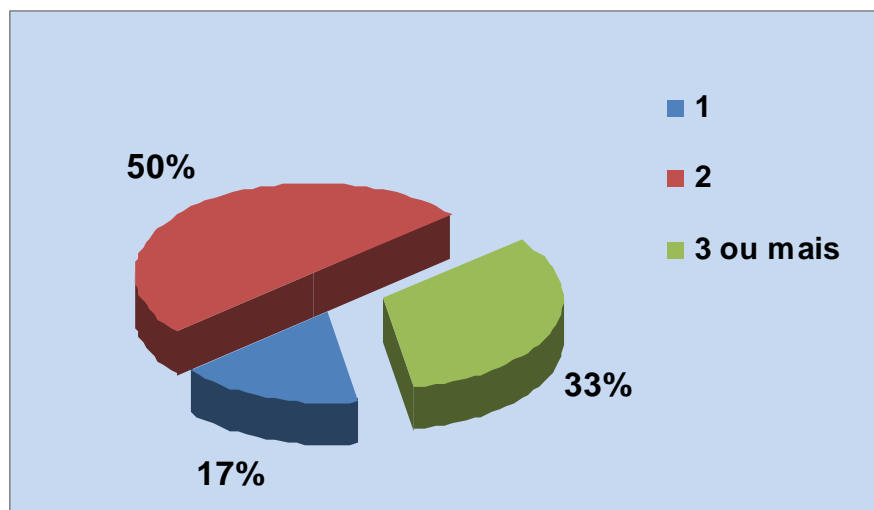


7.1.4 Participação no Conselho Universitário

A maioria dos membros do Conselho Universitário possuía experiência como conselheiro, e a metade dos entrevistados foram representantes duas vezes, e 33,33% deles participaram três vezes ou mais como representantes do Conselho Universitário em gestões anteriores, conforme observa-se na figura 3.

Para Floriani (2007, p. 104), "O tempo em que os gestores estão nos cargos, aliado à sua experiência profissional e acadêmica na área, pode contribuir para o processo de tomada de decisão".

Figura 3- Participação no Conselho Universitário



7.2 NECESSIDADES INFORMACIONAIS

Os resultados obtidos das necessidades informacionais dos participantes, no que diz respeito à política de ação afirmativa, à regulamentação da UEL sobre política de cotas, política de cotas em outras universidades brasileiras, desempenho dos alunos cotistas da UEL, avaliação sobre o sistema de cotas da UEL e informações adicionais, estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Necessidade de informação

Variáveis	Política de ação afirmativa	Regulamentação da UEL sobre política de cotas	Política de cotas em universidades brasileiras	Desempenho dos alunos cotistas da UEL	Avaliação sobre o sistema de cotas da UEL	Informações adicionais
Graus de intensidade	3	4	4	4	4	3
	4	4	3	2	1	4
	3	1	2	3	3	2
	1	2	2	1	2	0
	3	4	3	2	4	2
	1	0	1	0	1	0
	4	4	4	4	4	0
	1	2	1	1	2	1
	3	1	1	2	2	1
	3	1	4	4	4	1
	0	0	0	0	0	0
	2	2	2	1	3	3
	2	2	1	2	2	1
	4	4	4	4	3	0
	3	4	3	4	3	3
	3	2	2	4	4	1
	2	2	3	3	3	3
	3	3	3	3	3	3
	2	2	4	4	4	1
	2	2	4	2	2	0
	2	2	2	2	2	2
	4	4	4	3	4	4
	2	1	0	2	2	3
	3	3	3	3	3	3
Total	60	56	60	60	65	41
Média	2,50	2,33	2,50	2,50	2,71	1,71
Média Geral do item			2,40			

Verificou-se que a média geral obtida foi de 2,40, significando que estes participantes tiveram necessidade alta de informação para estas variáveis, tendo se destacado as necessidades relacionadas ao resultado da avaliação sobre o sistema de cotas na UEL (média 2,71), em que os graus de intensidade de frequência de comportamento 2, 3 e 4 foram assinalados por 21 conselheiros (7

conselheiros para cada grau), indicando, dessa forma, que 87,5% dos conselheiros sentiram necessidade de informação sobre o assunto. As necessidades de informações sobre política de cotas em outras universidades (média 2,50), para a qual 37% tiveram um grau de intensidade de frequência 3, e 29,2% 4, respectivamente, e as variáveis a respeito das informações sobre o desempenho dos alunos cotistas da UEL e política de ação afirmativa (médias 2,50), também, tiveram um grau de intensidade de frequência de comportamento significativo.

As necessidades de informações, segundo Silveira e Oddone (2007, p.120), “geralmente se originam de situações relacionadas às atividades profissionais de cada indivíduo”, que, neste caso, são as lacunas sentidas pelos membros do Conselho Universitário do que sabem e do que deveriam saber para auxiliar a discussão sobre a política de cotas na UEL.

7.3 BUSCA DA INFORMAÇÃO

Apresenta-se, na tabela 2, o resultado das variáveis relacionadas às buscas de informações sobre política de ações afirmativas em *sites* da internet, com as pessoas que participaram da implantação da política de cotas da UEL em 2004, nas reuniões realizadas com a categoria de representatividade, em *sites* de outras universidades, em artigos sobre ação afirmativa e política de cotas, no *site* e em documentos oficiais da UEL, nos meios de comunicações, no jornal interno e nos eventos realizados pela UEL.

Tabela 2 - Busca de informação

Variáveis	Política de ação afirmativa em sites da internet	Pessoas que participaram da implantação em 2004	Reuniões com a categoria que representa	Sites de outras universidades	Artigos sobre ação afirmativa e política de cotas	Site da UEL	Documentos oficiais da UEL	Meios de comunicação	Jornal interno da UEL	Eventos realizados pela UEL
Graus de intensidade	3	4	3	3	3	4	4	2	3	4
	4	0	4	3	4	4	4	4	4	4
	2	2	4	3	2	2	4	0	0	3
	1	3	4	0	1	1	0	1	1	1
	3	2	3	4	4	4	4	1	4	2
	4	3	4	3	4	4	4	4	4	4
	4	0	4	4	4	4	4	4	4	4
	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1
	0	0	3	0	2	1	1	0	2	1
	0	1	0	4	4	3	4	1	4	3
	4	0	0	2	4	4	1	4	2	4
	1	3	0	0	3	1	2	2	3	0
	2	1	2	1	1	1	1	3	1	1
	3	4	4	2	4	4	4	4	4	4
	1	4	0	4	2	1	0	3	0	4
	3	2	0	4	0	0	0	0	0	0
	2	0	4	3	2	0	3	1	1	2
	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3
	2	1	3	1	1	1	0	2	2	2
	2	4	4	2	1	2	2	2	2	3
	2	0	4	0	1	2	2	1	1	2
	1	1	3	2	1	3	3	1	1	3
	3	1	4	4	2	4	2	4	2	2
	3	2	4	2	3	2	3	3	2	2
Total	55	43	65	56	58	56	57	52	51	59
Média	1,79	1,79	2,71	2,71	2,33	2,42	2,33	2,17	2,13	2,46
Média Geral do item					2,30					

A média obtida da intensidade de frequência de comportamento das variáveis referentes à busca de informações, em reuniões e pesquisa em *sites* de outras universidades, que possuíam o sistema de cotas foi de 2,71. Na variável de busca de informações nas reuniões, a maioria respondeu que promoveu reuniões com os seus representados para discutir a política de cotas na Universidade,

corroborando com Wilson (1997) que cita que a busca decorre do reconhecimento de uma necessidade, podendo ser realizada por meio de sistemas formais ou em outras fontes, denominada como “troca interpessoal de informação”. A variável referente à busca em *sites* de outras universidades, média 2,33, demonstra que as pesquisas foram realizadas a fim de procurar informações que pudessem contribuir com a análise sobre a política de cotas da UEL. As variáveis correspondentes à busca de informações nos eventos realizados pela UEL e no *site* obtiveram média 2,46 e 2,42, respectivamente, confirmando que, ao perceber uma lacuna no conhecimento, os indivíduos vão à busca de informação para sanar essas necessidades (DERVIN, 1992). Os membros do Conselho Universitário, como se pode observar na tabela 1, sentiram necessidade de informações a respeito do resultado da avaliação da política de cotas na UEL, sobre a política de cotas em outras universidades e política de ação afirmativa e, conforme registrado na tabela 2, procuraram essas informações no *site* da UEL, em *sites* de outras universidades, em documentos oficiais da UEL e em artigos relacionados à política de ação afirmativa. A busca de informações em eventos realizados pela UEL teve alto grau de intensidade de comportamento (2,46). A intensidade de frequência de comportamento correspondente ao item “busca” obteve a média geral 2,30, considerada alta.

7.4 ACESSO À INFORMAÇÃO

Os resultados das variáveis que demonstraram a forma de acesso às informações estão na Tabela 3. Verifica-se que a participação dos membros do Conselho Universitário em palestras, fóruns e debates, o acesso à Seção “Acontece” do *site* da UEL, a participação no evento “O negro na Universidade”, em 2004 e o acesso aos processos administrativos internos, obtiveram as médias 2,25, 1,71, 0,96 e 2,29, respectivamente.

Tabela 3 – Acesso à informação

Variáveis	Participação em palestras, fóruns e debates	Seção Acontece do site da UEL	Seminário O negro na Universidade, em 2004	Processos administrativos internos
Graus de intensidade	4	4	0	4
	4	0	0	4
	3	1	0	0
	0	1	0	0
	1	4	0	4
	4	2	0	4
	4	4	0	4
	1	1	0	1
	0	1	0	0
	3	2	0	3
	0	4	4	4
	1	1	0	0
	2	1	1	1
	4	0	0	4
	4	0	3	1
	1	1	0	2
	2	0	4	3
	4	4	4	3
	1	0	0	1
	3	2	0	2
	1	2	4	2
	3	3	0	3
	2	1	3	2
	2	2	0	3
Total	54	41	23	55
Média	2,25	1,71	0,96	2,29
Média Geral do item		1,80		

Com relação à forma de acesso às informações sobre a política de cotas, 17 dos 24 sujeitos (71%) não participaram do seminário “O negro na Universidade: o direito à inclusão”, evento considerado de grande importância no processo de implantação do sistema de cotas da UEL, em 2004². Ressalta-se que, à época, a composição do Conselho Universitário não era a mesma quando desta

² Jornal Gazeta do Povo, 13/04/2004, página 8; Jornal Folha de Londrina, 13/04/2004, página 8; Jornal de Londrina, 07/04/2004, página 4A.

pesquisa, alguns membros podiam ser os mesmos, porém, a maioria era funcionário/docente da instituição e mesmo não sendo membro do Conselho Universitário poderia ter participado do Seminário que era aberto à comunidade.

Nesta análise, o acesso às informações registradas, nos processos administrativos internos da Universidade, obteve média 2,29, confirmando o resultado da análise documental realizada, ou seja, as informações registradas foram relevantes para a análise e discussão do assunto. A média para a participação em palestras, fóruns e debates foi de 2,25 e acesso à Seção “Acontece” do *site* da UEL foi de 1,71.

A média geral foi de 1,80, sendo considerado que houve uma frequência de intensidade de comportamento moderada dos membros do Conselho Universitário no acesso às informações.

7.5 FONTES DE INFORMAÇÃO

Registram-se, na tabela 4, os resultados das variáveis relacionadas às fontes de informações utilizadas para subsidiar o processo de tomada de decisão para a política de cotas, identificando se os participantes sabiam onde buscar as informações, se participaram da primeira reunião do Conselho Universitário que discutiu a política de cotas, se o *site* da UEL apresentava informações suficientes, se pesquisou em outras fontes e quais foram, se utilizou outros *sites* da internet, se as informações dos processos administrativos foram relevantes para a análise, se as informações dos jornais trouxeram informações atualizadas sobre política de cotas, se consideraram os fóruns, palestras e debates como fontes importantes e se as informações do jornal interno da UEL auxiliaram na tomada de decisão.

Tabela 4 - Fontes de informação

Variáveis	Sabia onde buscar	Reunião do Conselho Universitário (29/07/2010)	Site da UEL apresentava informações suficientes	Outras fontes	Sites da internet	Informações relevantes dos processos administrativos	Informações atualizadas dos jornais	Fóruns, palestras e debates como fontes importantes	Jornal interno para subsidiar a tomada de decisão
Graus de intensidade	4	3	4	3	3	4	3	4	4
	4	3	2	4	3	4	3	4	4
	4	3	3	4	3	1	1	3	2
	3	3	3	0		0	1	3	1
	4	4	4	4	3	4	1	3	4
	4	3	4	3	4	4	3	4	4
	4	4	4	4	4	4	2	4	2
	3	0	2	0	1	3	1	1	2
	3	2	1	0	1	3	0	2	0
	4	4	2	4	2	4	3	2	4
	4		2	4	4	0	2	4	2
	3	4	1	4	1		3	4	0
	3	1	2	1	3	1	2	1	1
	4	4	0	4	0	0	4	4	4
	4	3	2	2	3	4	0	4	1
	3	4	2	2	2	3	3	3	
	3	3	0	0	3	3	2	1	2
	3	2	2	4	3	3	2	4	2
	4	2	2	2	0	0	1	1	0
	4	3	3	3	1	2	1	3	2
	4	4	2	0	0	2	2	2	2
	4	2	3	4	3	2	2	3	1
	2	2	2	4	4	1	3	2	1
	4	3	3	0	3	3	2	3	3
Soma	86	66	55	60	54	55	47	69	48
Média	3,58	2,87	2,29	2,50	2,35	2,39	1,96	2,88	2,09
Média Geral do item				2,50					

A maioria dos participantes sabia onde buscar as informações sobre política de cotas na UEL para sanar suas dúvidas (grau de intensidade de frequência de comportamento de 3,58), confirmando que a busca é uma tentativa intencional de

encontrar a informação como consequência da necessidade para satisfazer um objetivo (SILVEIRA, 2007).

Os fóruns, palestras e debates realizados na UEL foram considerados, com grau de intensidade de frequência de comportamento de 2,88, importantes fontes de informações, assim como a primeira reunião do Conselho Universitário, realizada em 29 de julho de 2010 (grau de intensidade de 2,87). As informações registradas, nos processos administrativos internos (grau de intensidade de frequência de comportamento 2,39), e as informações encontradas em *sites* da internet (2,35) tiveram grau de intensidade de frequência de comportamento alto.

Outras fontes foram destacadas pelos conselheiros na busca de informações, tais como: pessoas que participaram da primeira discussão em 2004; legislações de outras universidades que têm o sistema de cotas; artigos científicos e de opiniões publicados no portal de periódicos; revistas do Conselho Federal de Psicologia e fóruns exclusivos sobre a temática. O *site* da UEL foi utilizado com intensidade alta na busca de informações (média 2,29). A intensidade de frequência de comportamento dos membros do Conselho Universitário com relação às fontes de informações utilizadas por eles foi de intensidade alta, com média 2,50.

Dentre as fontes citadas, os jornais locais foram menos utilizados pelos participantes da pesquisa, com média 1,96.

“As decisões geralmente requerem informações de diversas fontes e estímulos de modo que os responsáveis pelas decisões possam ler a situação e pesar as opções antes de agir” (CHOO, 1998, p. 305).

7.6 USO DA INFORMAÇÃO

Os resultados das variáveis sobre a utilização das informações disponibilizadas no fórum sobre política de cotas, na reunião do Conselho Universitário do dia 26 de agosto de 2011, das informações dos processos administrativos internos, das informações disponibilizadas na seção “Acontece” do *site* da UEL e se os conhecimentos adquiridos com as informações disponibilizadas pela UEL contribuíram para a análise e tomada de decisão, estão apresentadas na tabela 5.

Tabela 5 – Uso da informação

Variáveis	Fórum sobre política de cotas	Reunião do Conselho Universitário (26/08/2011)	Informações dos processos administrativos internos	Seção Acontece do site da UEL	Conhecimento adquirido para auxiliar na tomada de decisão
Graus de intensidade	4	4	4	4	4
	4	4	4	2	3
	4	0	0	1	3
	1	1	2	0	1
	4	4	4	4	4
	4	4	4	4	4
	4	4	4	4	4
	3	1	2	2	3
	2	3	2	0	1
	3	0	1	2	3
	4	0	0	0	2
	3	2		0	2
	1	1	1	1	1
	4	4	4	4	4
	4	3	4	0	2
	4	3	3	1	3
	2	3	3	0	2
	3	3	3	2	3
	2	2	2	0	2
	3	2	2	2	2
	0	2	2	2	2
	0	4	3	3	4
	2	2	1	1	3
	3	2	3	2	1
Total	68	58	58	41	63
Média	2,83	2,42	2,52	1,71	2,63
Média Geral do item			2,42		

Pode-se afirmar que os membros do Conselho Universitário utilizaram as informações adquiridas por intermédio de suas buscas para auxiliar no processo de decisão sobre a nova regulamentação da política de cotas na UEL, obtendo grau de intensidade de frequência de comportamento alto no uso das informações para o processo de tomada de decisão.

O uso da informação diz respeito ao emprego da informação disponível aos usuários, objetivando a resolução de um problema, o aumento dos conhecimentos adquiridos e a tomada de decisão.

Observa-se que as informações veiculadas nos fóruns, palestras e debates realizados na UEL, obtiveram a média de frequência de comportamento 2,83, considerando o uso das informações relevante para a discussão, bem como o uso das informações disponibilizadas nos processos administrativos internos (média 2,52). Os conhecimentos adquiridos com as informações disponibilizadas contribuíram para o processo de tomada de decisão, tendo grau de intensidade de frequência de comportamento de 2,63. As informações disponibilizadas na reunião do Conselho Universitário do 26 de agosto de 2011 (reunião que resultou na manutenção da política de cotas na UEL), foram utilizadas para a tomada de decisão, obtendo a média de 2,42.

As informações extraídas da Seção “Acontece” do *site* da UEL foram pouco utilizadas, com média registrada de 1,71.

7.7 SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO

Objetivou-se identificar a intensidade de frequência de comportamento referente à satisfação dos membros do Conselho Universitário com relação às informações obtidas sobre o sistema de cotas na UEL. Além de se questionar diretamente sobre a sua satisfação, investigou-se também se houve excesso ou falta de informação, se gostariam de ter recebido mais informações e se o tempo para discussão foi escasso.

Tabela 6 – Satisfação das necessidades de informações para a tomada de decisão

Variáveis	Gostaria de ter recebido mais informações	Faltou informação sobre política de cotas	Informações dos eventos foram úteis	Houve excesso de informação sobre política de cotas	Informações do site da UEL eram confiáveis	Informações dos processos contribuíram para a tomada de decisão	Tempo para discussão foi escasso	Informações obtidas satisfizeram as necessidades de informações
Graus de intensidade	3	0	4	4	4	4	2	4
	0	0	4	0	0	4	0	4
	0	1	2	2	3	0	0	3
	0	0	3	0	3	0	0	4
	2	4	3	1	4	3	2	4
	0	0	3	0	4	4	0	4
	2	0	4	0	4	4	0	4
	3	1	1	1	2	1	2	2
	2	2	1		3	2	3	2
	0	0	4	2	4	3	0	3
	0	2	0	4	2	0	0	4
	1	2	1	0	4	0	1	4
	1	1	1	3	2	1	1	3
	4		4	4	0	4	4	4
	2	3	3	1	0	4	1	3
	4	1	3	2	1	3	3	
	1	1	2	1	0	1	0	1
	4	2	3	1	2	3	4	3
	3	3	3	1	0	1	0	1
	2	1	4	1	2	2	0	3
	2	2	1	1	2	2	2	2
	4	2	3	0	4	3	3	4
	0	1	1	0	2	1	2	3
	4	2	3	1	3	1	1	3
Total	44	31	61	30	55	51	31	72
Média	1,83	1,34	2,54	1,30	2,29	2,13	1,29	3,13
Média Geral do item				1,98				

Segundo Flippo (apud BORGES, 1995, p. 7), é difícil avaliar que informação é,

necessária ao decisor, bem como atribuir o seu valor em termos de contribuição para decisões mais acertadas. A maneira como a informação é disponibilizada ao decisor pode indicar o que é útil ou não. Os executivos tendem a ser inundados com memorandos e relatórios, cujo conteúdo pode ser trivial, não sendo realmente relevante às decisões que devem ser tomadas. Para ser útil, a informação deve ser compreendida e absorvida pelo decisor.

A média geral foi 1,98, sendo considerado um grau de satisfação moderado. Destaca-se, neste item, a média 3,13 para a satisfação das necessidades dos conselheiros, subsidiando a análise para o processo de tomada de decisão sobre o sistema de cotas na UEL, considerado com um grau de intensidade de frequência de comportamento altíssimo. De 23 respostas, 18 foram para os graus 3 e 4, podendo considerar que 78% dos atores consideraram que as informações obtidas satisfizeram plenamente suas necessidades, subsidiando a análise para o processo de tomada de decisão sobre a nova regulamentação da política de cotas na UEL.

A satisfação das necessidades de informações obtidas nos eventos promovidos pela Comissão de Cotas do Conselho Universitário, Prograd e COPS, na Seção “Acontece” do *site* da UEL e nos processos administrativos internos foram consideradas satisfeitas, com média de intensidade de frequência de comportamento de 2,54, 2,29 e 2,13, respectivamente. Já as avaliações sobre a necessidade de ter recebido mais informações, se teve falta ou excesso de informações e sobre o tempo disponibilizado para a discussão, tiveram médias 1,83, 1,34 e 1,30, consideradas moderadas.

A partir do resultado das variáveis apresentadas na tabela 6, pode-se considerar que as necessidades informacionais dos membros do Conselho Universitário foram satisfeitas, possibilitando, desta forma, decidir com segurança sobre o sistema de cotas da UEL.

8 CONCLUSÕES

Dentro da abordagem da Ciência da Informação, a informação está diretamente relacionada às pessoas, exercendo influência direta sobre suas atividades, sejam elas pessoais ou profissionais, reduzindo as incertezas e auxiliando na tomada de decisão.

Diante da análise do comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário da UEL, concluiu-se que os participantes tinham percepção de suas carências diante do assunto e implementaram ações para saná-las, porém as informações estavam distribuídas em várias fontes, tendo demandado grande esforço e maior tempo para localizá-las.

Detectou-se que o contato pessoal foi bastante utilizado pelos conselheiros para a busca e acesso às informações, por meio de reuniões, participações em fóruns e debates e com pessoas que participaram do processo anterior. Detectou-se, também, que as informações registradas nos processos administrativos internos e no *site* da UEL são utilizadas com grande frequência por serem consideradas fontes confiáveis de informações. As atas das reuniões contêm apenas informações sobre os resultados das decisões, não demonstrando, de forma explícita, como o assunto foi discutido, e as opiniões dos conselheiros.

Concluiu-se que as informações obtidas ampliaram os conhecimentos dos conselheiros que as utilizaram para subsidiar o processo de discussão da política de cotas, considerando que as necessidades foram plenamente satisfeitas.

Em relação ao objetivo geral, entendeu-se que ele foi totalmente atingido, uma vez que identificou e analisou o comportamento de busca e uso das informações para satisfazer as necessidades, identificando as formas de acesso e as fontes utilizadas pelos participantes da pesquisa, traçando, assim, o perfil do comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário diante da política de cotas da UEL.

Sugere-se a continuidade deste estudo, estendendo-se aos outros Conselhos Superiores Deliberativos da UEL (Conselho de Administração e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) para se ter um parâmetro comparativo do comportamento informacional para a tomada de decisão de todos os conselheiros.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade de uma política de gestão documental na Universidade e a implantação de um Sistema de Informações Gerenciais como ferramenta de apoio à gestão estratégica, possibilitando a integração e a disseminação das informações entre os setores, por meio de rotinas de trabalho, controle, funcionalidade e facilidade de acesso às informações para subsidiar o processo de tomada de decisão.

É indiscutível a importância da informação para o processo decisório, porém, para ter sentido precisa ser relevantes ao seu propósito. Diante isso, entende-se que os gestores necessitam de práticas eficazes de gestão da informação e do conhecimento, pois enfrentam o desafio de gerenciar as decisões que norteiam a organização.

Estudar com profundidade científica um assunto tão polêmico quanto foi a implantação e a manutenção do sistema de cotas da Universidade Estadual de Londrina foi gratificante por ter a oportunidade de conhecer todo o processo e os posicionamentos favoráveis e contrários que culminaram em uma política de cotas na instituição.

Foram períodos marcados por discussões e debates tanto no âmbito acadêmico interno quanto no âmbito da comunidade londrinense e regional, por tratar-se de um tema de relevância cultural e social.

Este não foi o foco do trabalho, mas para realizar o que foi proposto, qual seja, analisar o comportamento dos membros do Conselho Universitário para o processo de decisão com relação à política de cotas da UEL, foi necessário procurar informações desde a época da implantação até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Aline França de. **Sistemas de informações gerenciais: uma abordagem orientada aos negócios**. Florianópolis: IGTI, 1999.

ANCHIETA, Karen de Abreu. **História da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2008/2008%20-%20ANCHIETA,%20Karen%20de%20Abreu.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

ANDIFES. **Cotas: 10 anos de inclusão nas universidades públicas brasileiras**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5753:cotas-10-anos-de-inclusao-nas-universidades-publicas-brasileiras-&catid=52&Itemid=100013>. Acesso em: 13 nov. 2011.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Inteligência empresarial: uma avaliação de fontes de informação sobre o ambiente organizacional externo. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, dez. 2002. Disponível em: <http://www.datagramzero.org.br/dez02/Art_03.htm>. Acesso em: 8 fev. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Gráfica Telles da Silva, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e transferência da informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun05/Art_01.htm>. Acesso em: 1 out. 2011.

BARTALO, Linete. Comportamento informacional dos professores pesquisadores do curso de Medicina Veterinária da UEL frente às competências informacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. v. 1, p. 1-12.

BARTALO, Linete; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. A inserção da disciplina estudo de usuário nos cursos de arquivologia brasileiros. In: TOMAEL, Maria Inês (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: EDUEL, 2012. "no prelo".

BARTALO, Linete; DI CHIARA, Ivone Guerreiro; CONTANI, Miguel Luiz. Competência Informacional suas múltiplas relações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió, 2011.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, 1995.

BRAGA, Nice. O processo decisório em organizações brasileiras. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 35-57, jul./set. 1987.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na Universidade Pública Brasileira: será esse o caminho?** Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/constituicao>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

CÂNDIDO, Carlos Aparecido; VALENTIM, Maria Lígia Pomin; CONTANI, Miguel Luiz. Gestão estratégica da informação: semiótica aplicada ao processo de tomada de decisão. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun05/Art_03.htm>. Acesso em: 8 fev. 2011.

CARVALHO, Elizabeth Leão de. **Informação orgânica**: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina. 2001. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo. 2001.

CASTRO, Cláudio de Castro Moura. Educação superior e equidade: inocente ou culpada? **Ensaio**: avaliação de políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 30, p. 110-120, 2001.

CAVALCANTI, Elmano Pontes. Revolução da informação: algumas reflexões. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 40-46, jul./dez. 1995.

CERVO, Amado Luiz; BÉRVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2007.

CHAGAS, Luciana de Deus. **Efetividade do processo de comunicação com base na teoria do comportamento informacional**: o caso de um organismo internacional da área de saúde pública sediado no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOO, Chun Wei. **Information management for the intelligent organization: the art of scanning the environment**. Heldfofd: New Jersey, Learned Information, 1998.

_____. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

_____. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2006.

COSTA, Sely. Mudanças no processo de comunicação científica: o impacto do uso de novas tecnologias. In: MUELLER, Suzana P. M; PASSOS, Edilenice J. I. (Org.).

Comunicação científica. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. p. 85-105.

CRESPO, Isabel Merlo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Comportamento de busca de informação: uma comparação de dois modelos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 271-281, jul./dez. 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologia para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-9, jul./dez. 1982. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CUNHA_1982.pdf>. Acesso em: 1 out. 2011.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: porque só a informação não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DERVIN, Brenda. From the mind's eye of the user: the sense-making qualitative-quantitative methodology. In: GLAZIER, Jack D.; POWELL, R. R. **Qualitative Research in Information Management**. Englewood, CO: Libraries Unlimited. 1992. p.61-84

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2010.

DRUCKER, Peter F. O advento da nova organização. In: HARVARD BUSINESS REVIEW. **Gestão do Conhecimento**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLORIANI, Vivian Mengarda. **Análise do fluxo informacional como subsídio ao processo de tomada de decisões em um órgão municipal de turismo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FREITAS, H. M. R. et al. **Informação e decisão**: sistemas de apoio e seu impacto. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. **Revista de Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 2.605/03, de 6 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a reserva de vagas para negros nos cursos de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul**, Campo grande, 7 jan. 2003. Disponível em: <http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO5911_07_01_2003.pdf>. Acesso em 10 mar. 2012

MATTOS, Max Cirino de. **As informações que dão suporte ao processo decisório e a influência dos grupos que a processam**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Elementos de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MELO, Osias Tibúrcio Fernandes de. Ação afirmativa: o problema das cotas raciais para acesso às instituições de ensino superior da rede pública. **Enciclopédia Jurídica Solbeman**, 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5301/acao-afirmativa>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

MIRANDA, Sylvania Vieira. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitária**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/EARM-6ZCPUE/1/doutorado___n_dina_aparecida_moreno.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2010.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação nossa de cada dia na decisão organizacional. **Ciência da informação**, Brasília, v.2, n.1, p.104-114, jan./dez. 2009.

OLIVEIRA, Marlene; BERTUCCI, Maria da Graça Eulália de Souza. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.13, n.2, p. 1-16, 2003. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/91>>. Acesso em: 5 fev. 2011.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas Universidades Públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira**: por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade. 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009.

SELL, Sandro César. **Ação afirmativa e democracia racial**: uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SHIMIZU, Tamio. **Decisão nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Geraldo José da. **A construção do texto polêmico na mídia eletrônica**: o sistema de cotas em questão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

SILVEIRA, Martha Martinez; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 118-127, maio/ago., 2007.

SILVEIRA, Martha Martinez; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 118-127, maio/ago. 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, nov., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15560.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UERJ. **Lei nº 4151**, de 04 de setembro de 2003. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/3128602/lei-4151-03-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

UNEB. Conselho Universitário - CONSU. **Resolução n. 196/2002**. Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.uneb.br/ppgbveg/files/2011/09/468-consu-Res.-Vagas-%C3%8Dndigenas-vestibular2008.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Dados e Números UEL**. Disponível em: <<http://www.uel.br/proplan/?content=dadosuel.html>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Estatuto da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução n. 078/2004**. Estabelece a reserva de vagas no concurso Vestibular para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclarem negros. Londrina, 2004. Disponível em: <http://jas.uel.br/RepositorioAtoExecutivo//resources/TIPO_2/2004/78.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução n. 010/2011**. Prorroga os efeitos da resolução n° 078/2004 do Conselho Universitário para o Processo seletivo Vestibular 2012. Londrina, 2011. Disponível em: <http://jas.uel.br/RepositorioAtoExecutivo//resources/TIPO_2/2011/10.pdf>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução n. 108/2011**. Estabelece a reserva de vagas no concurso Vestibular para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclarem negros. Londrina, 2011. Disponível em: <http://jas.uel.br/RepositorioAtoExecutivo//resources/TIPO_2/2011/108.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VIEIRA, Maria Lígia Pomin. Políticas de educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e Ações Afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a justiça econômica. Brasília: MEC, 2003. p. 84-97.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Brookman, 2005.

WILSON, Thomas Daniel. Human information behaviour. **Informing Science**, Sheffield, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000.

_____. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. **Information Proceeding and Management**, Sheffield, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

_____. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, Sheffield, v. 55, n. 3, p.249-270, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Questionário estudo piloto

QUESTIONÁRIO

Este questionário foi elaborado para coletar dados para a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “O comportamento informacional na política de cotas da UEL”, cujo objetivo é analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário nas suas buscas e usos das informações para o processo de tomada de decisão com relação à discussão sobre a política de cotas na UEL, ocorrido no período de julho/2010 a agosto de 2011.

Leia com atenção as afirmativas e circule o número correspondente ao seu comportamento/sentimento naquele momento, sendo que 0 representa NUNCA, ou seja você nunca sentiu/agiu da forma como a assertiva descreve até 4 para SEMPRE, você sentiu/agiu todas as vezes da forma como a assertiva sugere. As posições intermediárias (1, 2, 3) representam graus entre os dois extremos, sendo que não existem respostas corretas ou incorretas, a investigação diz respeito à frequência de ações/sentimentos. As sete primeiras questões se referem à caracterização dos membros da pesquisa. Ressaltamos que as respostas são confidenciais.

OBSERVAÇÃO: Sendo este um estudo piloto, solicito que dê sua opinião sobre a clareza de cada questão, se teve dificuldade de entendê-la, se esta dúvida se deve à sua formulação, ao vocabulário ou à complexidade em expressar um grau de frequência da ação/sentimento. Além disso, peço a sua colaboração para opinar a respeito da aprovação da questão e se ela é importante para que o objetivo da pesquisa seja alcançado.

Após cada questão, por favor, registre essas dúvidas/opiniões no espaço correspondente, no momento em que senti-las. Desde já muito obrigada!

Lúcia Regina Marques Giordano
Aluna do Mestrado Profissional em Gestão da Informação
Universidade Estadual de Londrina

1) Tempo de serviço na UEL
_____anos _____ meses

2) Sexo
() Masculino () Feminino

3) Idade
_____anos _____ meses

4) Formação Escolar
() Graduação
() Especialização
() Mestrado
() Doutorado
() Pós-doutorado

5) Quantas vezes foi membro do Conselho Universitário?

esta é a primeira vez

duas vezes

três vezes ou mais

6) Participou da primeira discussão sobre a política de cotas na UEL em 2004?

Sim Não

7) Qual categoria representa no Conselho Universitário?

diretor de centro

pró-reitor,

representante dos centros de estudos não vinculados à instância administrativa

representante do CEPE

categoria docente (professor titular, associado, adjunto, assistente, auxiliar)

classe patronal, classe trabalhadora, poder executivo municipal, poder legislativo municipal, reitora, vice-reitora

discente

técnico administrativo

8) Utilizei as informações veiculadas no fórum sobre políticas de cotas na UEL, realizado em abril de 2011, para análise e discussão sobre o assunto.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

Difícil compreensão. Especifique

Formulação da questão.

Especifique _____

Vocabulário. Qual palavra?

Dificuldade de expressar um grau?

Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

9) Sabia onde buscar as informações sobre a política de cotas na UEL.
0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

10) Extrai informações sobre a política de ação afirmativa em sites da internet.
0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

11) Senti necessidade de informações sobre:

11.1) política de ação afirmativa

0 1 2 3 4

11.2) regulamentação vigente na UEL sobre a política de cotas

0 1 2 3 4

11.3) política de cotas em outras universidades brasileiras

0 1 2 3 4

11.4) desempenho dos alunos cotistas da UEL

0 1 2 3 4

11.5) resultado da avaliação sobre o atual sistema de cotas da UEL

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

12) Busquei informações com pessoas que participaram do processo de implantação da política de cotas na UEL em 2004.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

13) Gostaria de ter recebido mais informações sobre a política de cotas da UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

14) A primeira reunião do Conselho Universitário sobre política de cotas (29/07/11) foi bastante esclarecedora.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

(_____) Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

15) Faltou informação sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

(_____) Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

(_____) Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

16) Na segunda reunião do Conselho Universitário sobre política de cotas (26/08/11) utilizei as informações registradas nos processos para auxiliar na tomada de decisão sobre a regulamentação da política de cotas da UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

(_____) Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

(_____) Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

17) As informações dos processos contribuíram para subsidiar a minha análise sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

18) Participei das palestras, fóruns e debates que foram realizadas na UEL sobre a política de cotas em 2011.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

19) As informações obtidas nos eventos promovidos pela Comissão de Cotas do Conselho Universitário, PROGRAD e COPS foram úteis para dar continuidade ao trabalho de definição da política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

20) Houve excesso de informações sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

21) Acessei a seção “Acontece” no site da UEL sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

22) O site da UEL sobre Política de Cotas apresentava informações suficientes para o trabalho de elaborar legislação sobre o assunto.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

23) As informações disponibilizadas na seção “Acontece” do site da UEL, sobre a política de cotas eram confiáveis e precisas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

24) Pesquisei em outras fontes para subsidiar a análise sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4
Quais?

Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

25) Usei as informações disponibilizadas na seção "Acontece" do site da UEL para auxiliar na análise e tomada de decisão sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4
Dúvidas:

() Dificil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

26) Participei do seminário “O negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado em 2004.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

27) Informações encontradas na internet sobre política de ação afirmativa foram úteis para o entendimento da política de cotas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

28) O conhecimento adquirido com as informações disponibilizadas pela UEL sobre a política de cotas contribuiu para minha análise e tomada decisão.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

29) Acessei as informações registradas nos processos internos da UEL sobre o sistema de cotas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

Difícil compreensão. Especifique

Formulação da questão.

Especifique

Vocabulário. Qual palavra?

Dificuldade de expressar um grau?

Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

30) As informações disponibilizadas nos processos da UEL contribuíram para as minhas tomadas de decisão sobre a regulamentação da política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

Difícil compreensão. Especifique

Formulação da questão.

Especifique

Vocabulário. Qual palavra?

Dificuldade de expressar um grau?

Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

31) O tempo para análise e discussão sobre a política de cotas na UEL foi escasso.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

Difícil compreensão. Especifique

Formulação da questão.

Especifique

Vocabulário. Qual palavra?

Dificuldade de expressar um grau?

Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

32) Os processos internos que tratavam sobre a política de cotas na UEL continham informações importantes que auxiliaram na minha decisão sobre a nova regulamentação do sistema de cotas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

33) Promovi reuniões sobre a nova regulamentação da política de cotas com a categoria a qual represento.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

34) Os jornais veiculados na cidade de Londrina trouxeram informações atualizadas sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão	0	1	2	3	4
Esta questão é importante para minha pesquisa	0	1	2	3	4

35) Pesquisei sites de outras universidades que utilizam o sistema de cotas para ingresso de seus alunos.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão	0	1	2	3	4
Esta questão é importante para minha pesquisa	0	1	2	3	4

36) Na discussão sobre a política de cotas, ocorrida no período de agosto de 2010 a agosto de 2011, senti necessidade de informações adicionais para entender o assunto, ou seja, informações além das que circulavam nestas discussões internas da UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão	0	1	2	3	4
Esta questão é importante para minha pesquisa	0	1	2	3	4

37) Os fóruns, palestras e debates realizados na UEL sobre a política de cotas foram importantes fontes de informação.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

38) As informações obtidas satisfizeram minhas necessidades, subsidiando a análise para o processo de tomada de decisão sobre o sistema de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

39) Li artigos sobre ação afirmativa e política de cotas para subsidiar minha análise sobre a implantação do sistema de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique _____

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

40) O “Boletim Notícia” (jornal interno da UEL) foi importante fonte de informação para subsidiar a minha análise sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

41) Busquei as informações para a nova regulamentação do sistema de cotas na UEL:

41.1) no site da UEL

0 1 2 3 4

41.2) em documentos oficiais da UEL

0 1 2 3 4

41.3) nos meios de comunicação (jornais, TV, rádio)

0 1 2 3 4

41.4) no Boletim Notícia (jornal de divulgação interna na UEL)

0 1 2 3 4

41.5) nos eventos realizados pela UEL sobre política de cotas

0 1 2 3 4

Dúvidas:

() Difícil compreensão. Especifique

() Formulação da questão.

Especifique

() Vocabulário. Qual palavra?

() Dificuldade de expressar um grau?

() Outras. Especifique.

Aprova esta questão 0 1 2 3 4

Esta questão é importante para minha pesquisa 0 1 2 3 4

APÊNDICE B QUESTIONÁRIO

Este questionário foi elaborado para coletar dados para a pesquisa de dissertação de mestrado intitulada "O comportamento informacional na política de cotas da UEL", cujo objetivo é analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário nas suas buscas e usos das informações para o processo de tomada de decisão com relação à discussão sobre a política de cotas na UEL, ocorrido no período de julho/2010 a agosto de 2011.

Leia com atenção as afirmativas e circule o número correspondente ao seu comportamento/sentimento naquele momento, sendo que 0 representa NUNCA, ou seja você nunca sentiu/agiu da forma como a assertiva descreve até 4 para SEMPRE, você sentiu/agiu todas as vezes da forma como a assertiva sugere. As posições intermediárias (1, 2, 3) representam graus entre os dois extremos, sendo que não existem respostas corretas ou incorretas, a investigação diz respeito à frequência de ações/sentimentos. As sete primeiras questões se referem à caracterização dos membros da pesquisa. Ressaltamos que as respostas são confidenciais.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada "O comportamento informacional na política de cotas da Universidade Estadual de Londrina", do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão da Informação da Universidade Estadual de Londrina, cujo objetivo é analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário (necessidade, busca e uso da informação) para o processo de tomada de decisão durante o período de discussão sobre a nova regulamentação da política de cotas na Universidade Estadual de Londrina, ocorrido no período de julho de 2010 a agosto de 2011. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. As informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo, de modo a preservar sua identidade. Informamos que o senhor(a) não pagará nem será remunerado(a) por sua participação. Caso tenha dúvidas ou necessite de esclarecimentos pode nos contatar: Lúcia Regina Marques Giordano, Rua Pará, 1119 ap. 203, Londrina - Paraná, telefone (43) 99444567 e e-mail luciarimgiordano@gmail.com, ou procurar o Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Estadual de Londrina, na avenida Robert Kock, n. 60, ou no telefone (43) 33712490.

- Concordo em participar da pesquisa

- Não concordo em participar da pesquisa

Tempo de serviço na UEL

_____anos _____ meses

Sexo

() Masculino () Feminino

Idade

_____anos _____ meses

Formação Escolar

- () Graduação
- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado
- () Pós-doutorado

Quantas vezes foi membro do Conselho Universitário?

- () esta é a primeira vez
- () duas vezes
- () três vezes ou mais

Participou da primeira discussão sobre a política de cotas na UEL em 2004?

- () Sim () Não

Qual categoria representa no Conselho Universitário?

- () diretor de centro
- () pró-reitor,
- () representante dos centros de estudos não vinculados à instância administrativa
- () representante do CEPE
- () categoria docente (professor titular, associado, adjunto, assistente, auxiliar)
- () classe patronal, classe trabalhadora, poder executivo municipal, poder legislativo municipal, reitora, vice-reitora
- () discente
- () técnico administrativo

1) Utilizei as informações veiculadas no fórum sobre políticas de cotas na UEL, realizado em abril de 2011, para análise e discussão sobre o assunto.

0 1 2 3 4

2) Sabia onde buscar as informações sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

3) Extrai informações sobre a política de ação afirmativa em sites da internet.

0 1 2 3 4

4) Senti necessidade de informações sobre política de ação afirmativa

0 1 2 3 4

5) Senti necessidade de informações sobre regulamentação vigente na UEL sobre a política de cotas

0 1 2 3 4

6) Senti necessidade de informações sobre política de cotas em outras universidades brasileiras

0 1 2 3 4

7) Senti necessidade de informações sobre desempenho dos alunos cotistas da UEL

0 1 2 3 4

8) Senti necessidade de informações sobre resultado da avaliação sobre o atual sistema de cotas da UEL

0 1 2 3 4

9) Busquei informações com pessoas que participaram do processo de implantação da política de cotas na UEL em 2004.

0 1 2 3 4

10) Gostaria de ter recebido mais informações sobre a política de cotas da UEL.

0 1 2 3 4

11) A primeira reunião do Conselho Universitário sobre política de cotas (29/07/11) foi bastante esclarecedora.

0 1 2 3 4

12) Faltou informação sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

13) Na segunda reunião do Conselho Universitário sobre política de cotas (26/08/11) utilizei as informações registradas nos processos para auxiliar na tomada de decisão sobre a regulamentação da política de cotas da UEL.

0 1 2 3 4

14) As informações dos processos contribuíram para subsidiar a minha análise sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

15) Participei das palestras, fóruns e debates que foram realizadas na UEL sobre a política de cotas em 2011.

0 1 2 3 4

16) As informações obtidas nos eventos promovidos pela Comissão de Cotas do Conselho Universitário, PROGRAD e COPS foram úteis para dar continuidade ao trabalho de definição da política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

17) Houve excesso de informações sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

18) Acessei a seção “Acontece” no site da UEL sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

19) O site da UEL sobre Política de Cotas apresentava informações suficientes para o trabalho de elaborar legislação sobre o assunto.

0 1 2 3 4

20) As informações disponibilizadas na seção “Acontece” do site da UEL, sobre a política de cotas eram confiáveis e precisas.

0 1 2 3 4

21) Pesquisei em outras fontes para subsidiar a análise sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

22) Quais? _____

23) Usei as informações disponibilizadas na seção “Acontece” do site da UEL para auxiliar na análise e tomada de decisão sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

24) Participei do seminário “O negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado em 2004.

0 1 2 3 4

25) Informações encontradas na internet sobre política de ação afirmativa foram úteis para o entendimento da política de cotas.

0 1 2 3 4

26) O conhecimento adquirido com as informações disponibilizadas pela UEL sobre a política de cotas contribuiu para minha análise e tomada decisão.

0 1 2 3 4

27) Acessei as informações registradas nos processos internos da UEL sobre o sistema de cotas.

0 1 2 3 4

28) As informações disponibilizadas nos processos da UEL contribuíram para as minhas tomadas de decisão sobre a regulamentação da política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

29) O tempo para análise e discussão sobre a política de cotas na UEL foi escasso.

0 1 2 3 4

30) Os processos internos que tratavam sobre a política de cotas na UEL continham informações importantes que auxiliaram na minha decisão sobre a nova regulamentação do sistema de cotas.

0 1 2 3 4

31) Promovi reuniões sobre a nova regulamentação da política de cotas com a categoria a qual represento.

0 1 2 3 4

32) Os jornais veiculados na cidade de Londrina trouxeram informações atualizadas sobre a política de cotas.

0 1 2 3 4

33) Pesquisei sites de outras universidades que utilizam o sistema de cotas para ingresso de seus alunos.

0 1 2 3 4

34) Na discussão sobre a política de cotas, ocorrida no período de agosto de 2010 a agosto de 2011, senti necessidade de informações adicionais para entender o assunto, ou seja, informações além das que circulavam nestas discussões internas da UEL.

0 1 2 3 4

35) Os fóruns, palestras e debates realizados na UEL sobre a política de cotas foram importantes fontes de informação.

0 1 2 3 4

36) As informações obtidas satisfizeram minhas necessidades, subsidiando a análise para o processo de tomada de decisão sobre o sistema de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

37) Li artigos sobre ação afirmativa e política de cotas para subsidiar minha análise sobre a implantação do sistema de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

38) O “Boletim Notícia” (jornal interno da UEL) foi importante fonte de informação para subsidiar a minha análise sobre a política de cotas na UEL.

0 1 2 3 4

39) Busquei as informações para nova regulamentação do sistema de cotas na UEL no site da UEL

0 1 2 3 4

40) Busquei as informações para nova regulamentação do sistema de cotas em documentos oficiais da UEL

0 1 2 3 4

41) Busquei as informações para nova regulamentação do sistema de cotas nos meios de comunicação (jornais, TV, rádio)

0 1 2 3 4

42) Busquei as informações para nova regulamentação do sistema de cotas no Boletim Notícia (jornal de divulgação interna na UEL)

0 1 2 3 4

43) Busquei as informações para nova regulamentação do sistema de cotas nos eventos realizados pela UEL sobre política de cotas

0 1 2 3 4

APÊNDICE C
FICHA PARA EXTRAÇÃO DOS DADOS DOS PROCESSOS

Processo nº: _____.	Data de abertura: ____/____/____
Interessado: _____	
Título: _____	
1ª. Tramitação: _____	
Assunto discutido:	

Tramitações:	

Deliberações:	

Conclusão:	

Data de encerramento: ____/____/____.	

APÊNDICE D
FICHA PARA EXTRAÇÃO DOS DADOS DAS ATAS DAS REUNIÕES DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reunião n°: _____	Data: ____/____/____
Ordem do dia:	

Número total de conselheiros: _____	
Número de conselheiros presentes na reunião: _____	
Apresentação do assunto:	

Pronunciamento dos conselheiros sobre o assunto:	

Pedidos de informações (questionamentos):	

Propostas apresentadas:	

Houve participação/interação dos conselheiros que tenha sido um diferencial para a condução desse processo?	
Qual _____	

A ata descreveu de forma explícita como o assunto foi discutido na reunião?	
() Sim () Não	
Conclusão:	

APÊNDICE E
OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

À
Chefia de Gabinete
Universidade Estadual de Londrina
Nesta

Lúcia Regina Marques Giordano, aluna regularmente matriculada no curso de Mestrado em Gestão da Informação, sob nº 201022570097, turma 2010, considerando que estou desenvolvendo minha pesquisa sobre o “Comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário frente à política de cotas da Universidade Estadual de Londrina”, venho pelo presente solicitar cópia dos documentos abaixo relacionados, para auxiliar nas análises documentais da referida pesquisa:

- composição do Conselho Universitário que discutiu e aprovou a Resolução nº 78/2004, de 23/07/2004, que estabeleceu a reserva de vagas no concurso vestibular para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclararem negros;

- cópia das atas das reuniões que discutiram o assunto até a aprovação da Resolução nº 78/2004;

- cópia do processo nº 23792/2010, que visa o atendimento do artigo quarto da Resolução nº 78/2004;

- cópia das atas das reuniões que discutiram o assunto no ano de 2011;

- composição do Conselho Universitário de 2011 e

- composição da comissão do Conselho Universitário (atual) designada para estudar o sistema de cotas na UEL.

Estando à disposição para quaisquer esclarecimentos, agradeço antecipadamente.

Lúcia Regina Marques Giordano
seprorh@uel.br – 99444567

APÊNDICE F
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“O comportamento informacional na política de cotas da Universidade Estadual de Londrina”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa para dissertação de mestrado intitulada “O comportamento informacional na política de cotas da Universidade Estadual de Londrina” do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão da Informação, da Universidade Estadual de Londrina.

O objetivo da pesquisa é “analisar o comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário (necessidade, busca e uso da informação) durante o período de análise da nova política de cotas na Universidade Estadual de Londrina”.

A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: responder um questionário sobre as suas necessidade, buscas e usos de informações no período de discussão sobre a nova regulamentação da política de cotas na Universidade Estadual de Londrina, ocorrida entre agosto de 2010 a agosto de 2011. A identificação não será divulgada e as respostas dos questionários serão analisadas e transcritas em forma de relatório.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. As informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo, de modo a preservar a sua identidade.

Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Caso tenha dúvidas ou necessite de esclarecimentos pode nos contatar: Lúcia Regina Marques Giordano, Rua Pará, 1119, ap. 203, Londrina - PR, telefone 43-99444567 e e-mail: luciagiordano@sercomtel.com.br, ou procurar o Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Estadual

de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 33712490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada, entregue a você.

Londrina, ____ de _____ de 2012.

Lúcia Regina Marques Giordano
Pesquisadora Responsável
RG: 3.435.949-0

_____ (nome por extenso do participante da pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

ANEXOS

ANEXO A

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N° 078/2004 que estabelece a reserva de vagas no Concurso Vestibular para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



GOVERNO DO
PARANÁ

RESOLUÇÃO CU N° 78/2004

Estabelece a reserva de vagas no Concurso Vestibular para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 3º, inciso III da Constituição Federal, que define como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "**erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais**";

CONSIDERANDO os termos do Decreto Federal nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR;

CONSIDERANDO os compromissos internacionais firmados pelo Governo Brasileiro, em especial, o Plano de Ação de Durban, produto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, no qual governos e organizações da sociedade civil, de todas as partes do mundo, comprometeram-se com a elaboração de medidas globais contra o racismo, a discriminação, a intolerância e a xenofobia;

CONSIDERANDO que a sociedade brasileira vem desenvolvendo ações voltadas à mudança de mentalidade para a eliminação do preconceito e da discriminação raciais, bem como para reduzir as desigualdades sócio-econômicas, com ênfase na população negra;

CONSIDERANDO que uma das finalidades da Universidade, prevista no Art. 3º, inciso IX, do seu Estatuto, é a de "**propiciar condições para a transformação da realidade, visando justiça e equidade social**";

CONSIDERANDO o disposto no Art. 207 da Constituição Federal, que estabelece o princípio da autonomia universitária.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO aprovou e eu, Reitora, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica estabelecido que até 40 % (quarenta por cento) das vagas de cada curso de graduação, ofertadas em Concurso Vestibular pela Universidade Estadual de Londrina, serão reservadas a estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino, sendo que até metade das vagas decorrentes da aplicação desta percentual deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros.

ANEXO B
RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N° 010/2011
 que prorroga os efeitos da resolução n° 078/2004 do Conselho Universitário para o
 Processo seletivo Vestibular 2012



RESOLUÇÃO CU N° 010/2011

Prorroga os efeitos da Resolução n° 78/2004 do Conselho Universitário para o Processo Seletivo Vestibular 2012.

CONSIDERANDO o término do prazo estabelecido pelo artigo 4° da Resolução n° 78/2004 do Conselho Universitário, para a reserva de vagas, estabelecida pelo artigo 1° da referida Resolução;

CONSIDERANDO os pronunciamentos contidos no processo n° 23792/2010, que trata da política de cotas na Universidade, cuja avaliação ainda não se concluiu;

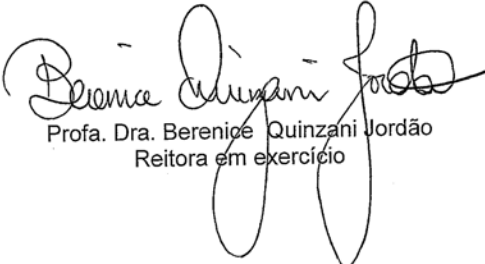
CONSIDERANDO o contido no OF. n° 033/Cops, de 28 de janeiro de 2011, que solicita a dilação do prazo para discussão do sistema de cotas.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO aprovou e eu, Vice-Reitora no exercício do cargo de Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1° Prorroga os efeitos da Resolução n° 78/2004 do Conselho Universitário para o Processo Seletivo Vestibular 2012.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 25 de fevereiro de 2011.


 Profa. Dra. Berenice Quinzani Jordão
 Reitora em exercício

ANEXO C

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N° 108/2011 que estabelece a reserva de vagas no Concurso Vestibular para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros

**RESOLUÇÃO CU N° 108/2011**

Estabelece a reserva de vagas no Processo Seletivo Vestibular para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 3º, inciso III da Constituição Federal, que define como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais";

CONSIDERANDO os termos do Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003, que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR;

CONSIDERANDO os compromissos internacionais firmados pelo Governo Brasileiro, em especial, o Plano de Ação de Durban, produto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, no qual governos e organizações da sociedade civil, de todas as partes do mundo, comprometeram-se com a elaboração de medidas globais contra o racismo, a discriminação, a intolerância e a xenofobia;

CONSIDERANDO que a sociedade brasileira vem desenvolvendo ações voltadas à mudança de mentalidade para a eliminação do preconceito e da discriminação raciais, bem como para reduzir as desigualdades socioeconômicas, com ênfase na população negra;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 207 da Constituição Federal, que estabelece o princípio da autonomia universitária;

CONSIDERANDO as conclusões do relatório da Comissão encarregada de propor metodologia e cronograma para discussão da Política de Cotas no âmbito da Universidade Estadual de Londrina constante do processo 24.244/2011, anexado ao processo nº 23.792/ 2010, e aprovado pelo Conselho Universitário em 26/8/2011;

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO aprovou e eu, Reitora, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica estabelecido que 40% (quarenta por cento) das vagas de cada Curso de Graduação, ofertadas em Processo Seletivo Vestibular pela Universidade Estadual de Londrina, serão reservadas a estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino, sendo que metade deste percentual será reservado a candidatos que se autodeclararem negros.

ANEXO D
PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS APROVANDO O DESENVOLVIMENTO DESTA PESQUISA



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
Universidade Estadual de Londrina
Registro CONEP 268

Parecer CEP/UEL:	301/2011
CAAE:	0281.0.268.000-11
Processo:	28815.2011.40
Folha de Rosto:	464500
Pesquisador(a):	Lúcia Regina Marques Giordano
Unidade/Órgão:	CECA – Departamento de Ciência da Informação – Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Informação

Prezado(a) Senhor(a):


O **“Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina” (Registro CONEP 268)** – de acordo com as orientações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS e Resoluções Complementares, avaliou o projeto:

“O comportamento informacional dos membros do Conselho Universitário diante da política de cotas na Universidade Estadual de Londrina”

Situação do Projeto: Aprovado

Informamos que deverá ser comunicada, por escrito, qualquer modificação que ocorra no desenvolvimento da pesquisa, bem como deverá apresentar ao CEP/UEL relatório final da pesquisa.

Londrina, 21 de novembro de 2011.



Prof. Dra. Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
 Universidade Estadual de Londrina